

INSTITUTO BRASILEIRO DE

Abril 2008 - Nº 9 - ANO 5

ETCO

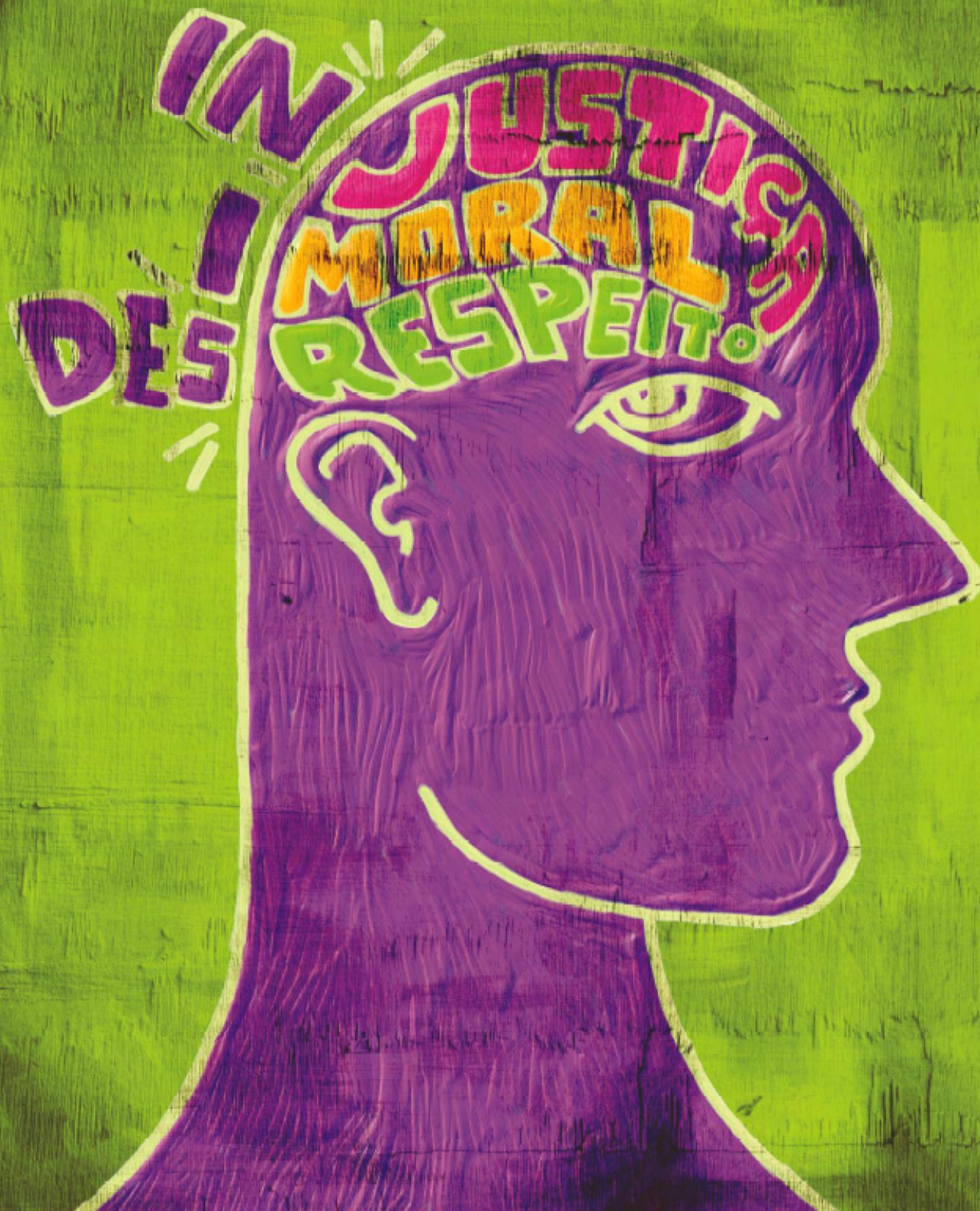
ÉTICA CONCORRENCIAL

Anos

NA LUTA CONTRA A CONCORRÊNCIA DESLEAL

Instituto coloca
a ética nos negócios
na pauta do país

**SEMINÁRIO REVELA ECONOMIA SUBTERRÂNEA NO BRASIL
LIVRO ABORDA A CULTURA DAS TRANSGRESSÕES**



A ética é uma fronteira.
E como qualquer divisa
tem que ser vigiada.

A todo instante você toma pequenas decisões. O que você faz, ou que deixa de fazer, acaba desenhando os limites da sua ética. Por mais que o mundo faça pressão para que você

se comporte de determinada forma, a decisão final é sempre sua. Se para aproveitar um desconto você compra um produto que não recolheu impostos, você está penalizando empresas que geram empregos e a população mais carente, que depende de serviços públicos. Essa decisão só cabe a você. Etco. É assim que a gente tem que ser.

www.etc.org.br

INSTITUTO BRASILEIRO DE
ETCO
ÉTICA CONCORRENCIAL



Cinco anos de muitas conquistas

O ETCO chega aos cinco anos de vida, e motivos para comemorar não faltam. Desde 2003, procuramos estimular a ética concorrencial com ações, eventos e debates. Melhorar o ambiente de negócios e evitar desequilíbrios concorrenciais causados por sonegação, informalidade, falsificação e outros desvios de conduta são os nossos objetivos incansáveis. Inicialmente, ingressaram no Instituto os setores de combustíveis, refrigerantes, cerveja e fumo. Dois anos depois, o setor de medicamentos se juntava ao ETCO e, no ano passado, mais uma câmara foi criada: a de tecnologia. Nesta edição, convidamos você, leitor, a relembrar conosco as nossas realizações e as grandes conquistas.

Você também vai acompanhar o lançamento do livro *Cultura das Transgressões – Lições da História*, ocorrido no Museu de Arte Moderna de São Paulo em 27 de fevereiro. Bolívar Lamounier, José Murilo de Carvalho, Fernando Henrique Cardoso, Marcílio Marques Moreira e eu autografamos o livro, que propõe uma reflexão sobre a questão: superar essa cultura é condição para o desenvolvimento? Embora os desvios de conduta tenham atravessado séculos, acreditamos que é possível, sim, virar esse jogo. Acreditamos que a falta de ética que deriva da cultura das transgressões ameaça a democracia brasileira e prejudica o crescimento econômico do país. É indispensável encontrar caminhos para superar essa cultura. O livro, produzido em parceria com o Instituto Fernando Henrique Cardoso, é uma excelente análise dessas questões.

Leia também nesta edição a entrevista com Vito Tanzi, consultor sênior do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e Friedrich Schneider, professor catedrático de Economia da Johannes Kepler University, em Linz, na Áustria. A convite do ETCO, eles participaram do seminário Economia Subterrânea: Causas e Conseqüências, em março, no Rio de Janeiro. Tanzi e Schneider analisaram os malefícios da informalidade na economia brasileira e mundial.

Para finalizar, acompanhe a reportagem sobre a obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica (NF-e) para os setores de fumo e combustíveis líquidos, em vigência desde 1º de abril. A matéria aborda as vantagens da implementação da NF-e, como funciona e por que é considerada pelo ETCO um dos mais importantes mecanismos no combate à sonegação fiscal e um grande passo para a modernização da administração tributária.

Boa leitura e até a próxima edição!

André Franco Montoro Filho
Presidente executivo do ETCO

INSTITUTO BRASILEIRO DE
ETCO
ÉTICA CONCORRENCIAL

Presidente Executivo
André Franco Montoro Filho

Diretora Executiva
Patrícia Blanco

Conselho de Administração
Presidente: Victório De Marchi

Conselheiros
Cesar Simi
Constantino Mendonça
Eduardo Paranhos Montenegro
Hoche Pulcherio
Leocadio Antunes
Leonardo Gadotti Filho
Luca Mantegazza
Heraldo Marquezini
Paulo Macedo
Rinaldo Cesar Zangirolami
Vasco Luce

Conselho Consultivo
Presidente:
Dr. Marcílio Marques Moreira
Conselheiros:
Aristides Junqueira
Carlos Ivan Simonsen Leal
Everardo Maciel
Hamilton Dias de Souza
João Roberto Marinho

Associados ETCO
Aché, Ambev, Coca-Cola (Recofarma e AFBC),
Cristália, Elma Chips, Eurofarma, Interfarma,
Kaiser / Fems, Mantecorp, Medley, Microsoft
Brasil, Pepsi, Philip Morris, Souza Cruz, Sindi-
com.

REVISTA ETCO
editoras Andrea Assef e Mara Luquet
subeditora Sandra Balbi

conselho editorial
André Franco Montoro Filho, Cesar Simi,
Hoche Pulcherio, Leonardo Gadotti,
Marcílio Marques Moreira,
Heraldo Marquezini, Patrícia Blanco,
Rinaldo Zangirolami e Victório De Marchi

projeto editorial
Andrea Assef (Letras & Lucros),
projeto gráfico Letras & Lucros
direção de arte Elisabete Campagnaro
colaboraram nesta edição
texto Marcia Fernandes, Mara Luquet e
Sandra Balbi
foto Calé/Arquivo ETCO
design gráfico Glauco Moura
produção Daniela Françoli

Letras & Lucros

A revista ETCO
é uma publicação da
Letras & Lucros sob licença
do Instituto Brasileiro de
Ética Concorrencial – ETCO



redação
Av. Faria Lima, 2631, conj. 604 -
São Paulo - SP
CEP 01452-000 - Fone: (11) 3813-8464



06



16



36

04 EDITORIAL

06 ETCO COMEMORA CINCO ANOS

AS LUTAS E AS VITÓRIAS DO INSTITUTO NO COMBATE À ILEGALIDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA

12 NOITE DE AUTÓGRAFOS

LANÇAMENTO DO LIVRO *CULTURA DAS TRANSGRESSÕES NO BRASIL – LIÇÕES DE HISTÓRIA* REÚNE PERSONALIDADES NO MAM

14 ORIGEM DA TRANSGRESSÃO

PUBLICAÇÃO PROCURA RASTREAR A EVOLUÇÃO DE PRÁTICAS QUE FOGEM AO SENSO DAS RESPONSABILIDADES NO BRASIL

16 ECONOMIA SUBTERRÂNEA

SEMINÁRIO INTERNACIONAL REÚNE GRANDES ESPECIALISTAS QUE ANALISAM CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA INFORMALIDADE NO BRASIL

22 ENTREVISTA 1

ECONOMISTA ITALIANO VITO TANZI DIZ QUE EXCESSO DE REGULAMENTAÇÕES E DE IMPOSTOS ESTIMULA A INFORMALIDADE NO PAÍS

25 ENTREVISTA 2

O AUSTRIACO FRIEDRICH SCHNEIDER FALA SOBRE O IMPACTO DA ECONOMIA SUBTERRÂNEA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

28 CIDADES INVISÍVEIS

COMO FUNCIONA A ECONOMIA SUBTERRÂNEA, QUE SONEGA IMPOSTOS, IGNORA AS LEIS E DESAFIA O ESTADO BRASILEIRO

32 NOTA FISCAL ELETRÔNICA

SEMINÁRIO DO ETCO MOSTRA QUE A ADOÇÃO DO MECANISMO VIRTUAL COMBATE A SONEGAÇÃO E VEIO PARA FICAR

36 SETORES

AS CONQUISTAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO COMBATE ÀS PRÁTICAS DESLEAIS NA CONCORRÊNCIA

42 ARTIGOS

VICTÓRIO DE MARCHI, PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ETCO, FAZ UM BALANÇO DOS CINCO ANOS DO INSTITUTO

Capa

ETCO comem



Ora cinco anos



Instituto faz balanço das conquistas e vitórias no combate à informalidade e à elevada sonegação na economia brasileira desde sua criação, em 2003
Por Andrea Assef

Há cinco anos, um grupo de empresários dos setores de cerveja, refrigerante, fumo e combustível constatou que tinha um concorrente em comum: a alarmante informalidade e a elevada sonegação na economia brasileira. Ao perceberem que lutavam isoladamente contra desvios de conduta que afetavam a todos, como sonegação fiscal, contrabando e falsificação de marcas, os empresários decidiram juntar forças. Em 8 de abril de 2003 surgiu o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO – com a missão de melhorar o ambiente de negócios e lutar contra a ilegalidade nas práticas de mercado. Dois anos depois, o setor de medicamentos entrou no Instituto e, em 2007, foi criada mais uma câmara setorial, a de tecnologia. “Esses empresários tiveram uma visão ampla do problema da informalidade no

Ricardo Vontobel, Victório De Marchi, Milton Cabral, Leonardo Gadotti e Emerson Kapaz na cerimônia de lançamento do ETCO, em Brasília

Fotos: Arquivo ETCO



Governador Jaques Wagner, em evento do ETCO

Brasil. Eles tiveram uma ambição maior, mais generosa, ao criar o ETCO para defender a ética concorrencial”, afirmou o professor André Montoro, presidente executivo do ETCO. Com a palavra, um dos fundadores e atual presidente do Conselho de Administração do ETCO, Victório De Marchi, que também é co-presidente da AmBev: “Nosso objetivo inicial era mostrar para as autoridades e para a sociedade, por meio de dados e estudos, os prejuízos da concorrência desleal. Nas reuniões, eu levava todos os dados que tinha do setor de cervejas. O pessoal da Souza Cruz levava os estudos sobre cigarros. O representante da Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes (Abir) também colocava suas preocupações. Convidei pessoas de empresas como a Kaiser, a Coca-Cola. Assim, informalmente formamos um grupo que iria se transformar no Instituto. A rigor, o ETCO surgiu pela união entre Pepsi Cola, Coca-Cola, AmBev, Kaiser e Sindicom e Souza Cruz”.

Uma das primeiras ações do ETCO foi desenvolver trabalhos que revela-

vam a asfixia da atividade empresarial com os atos de concorrência ilegal. O Instituto contratou instituições respeitadas para mapear a informalidade, como a Fundação Getúlio Vargas e a McKinsey. O ETCO conseguiu conscientizar as autoridades e a sociedade sobre o problema e conquistou credibilidade a ponto de ser reconhecido pela Receita Federal e pelas demais autoridades tributárias de todos os Estados, além de organismos como o próprio Banco Mundial. Como resultado o ETCO tornou-se a principal referência sobre o assunto no país.

“Desde o início, nossa preocupação era mostrar os prejuízos para a sociedade das práticas ilegais de mercado”, contou Milton de Carvalho Cabral, que foi o primeiro presidente do Conselho de Administração do ETCO. “Se uma parte da sociedade leva vantagem no curto prazo ao comprar produtos contrabandeados ou falsificados, no médio prazo a maioria dos cidadãos é prejudicada com a queda de arrecadação e com o aumento da ilegalidade e da insegurança”, concluiu Cabral. Ele lembra que o ideal dos fundadores era ter um país onde não houvesse ilegalidades na concorrência de mercado.

O lançamento oficial do ETCO ocorreu em uma prestigiada solenidade na Academia de Tênis, em Brasília, com a presença de cerca de 500 representantes empresariais e autoridades de governo. Na ocasião, Emerson Kapaz, que foi o primeiro presidente executivo da entidade – função que ocupou até setembro de 2006 e que passou a ser exercida pelo economista e professor André Franco Montoro Filho, a partir de janeiro de 2007 –, solicitou ao governo federal a criação de um programa de combate à ilegalidade no meio empresarial. Foi a primeira de uma série de ações que o ETCO estabeleceu com a iniciativa pública e privada para combater a concorrência desleal e levar essa discussão ao cerne da sociedade brasileira.



Dirceu Raposo de Mello, presidente da Anvisa, e o então governador de São Paulo Geraldo Alckmin, em um dos concorridos eventos do ETCO

Em junho de 2004, o ETCO reuniu empresários, economistas e políticos e apresentou um estudo inédito, elaborado pela McKinsey, que revelou a rede subterrânea da concorrência desleal no Brasil. A principal constatação: a informalidade era muito maior do que se imaginava e representava 40% da renda nacional. A partir daquele evento, que contou com a presença do então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do economista Eduardo Gianetti da Fonseca e do empresário Abílio Diniz, do Grupo Pão de Açúcar, o ETCO transformou-se num catalisador dos debates sobre os temas que giravam em torno da economia informal. No ano seguinte, por exemplo, ocorria o seminário Sonegação X Carga Tributária: Existe um Ponto de Equilíbrio?, que teve como base um estudo inédito da GVconsult. O trabalho mostrava os impactos da reforma em discussão no Congresso Nacional e contou com a presença do ex-ministro e deputado federal Delfim Netto (PP-SP) e do então secretário executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal.





Para encerrar a bateria de estudos e debates realizados em 2007, o ETCO organizou o seminário Como Melhorar o Ambiente de Negócios, em dezembro do ano passado. O governador de São Paulo, José Serra, que participou da mesa de abertura de debate, ao lado do embaixador Marçílio Marques Moreira, presidente do Conselho Consultivo do ETCO, e do professor André Montoro, afirmou que os empresários e o poder público não podem tolerar práticas de esper-teza. O governador da Bahia, Jaques Wagner, defendeu maior rigor na fiscalização dos gastos da administração pública. Ao proporcionar fóruns de debates entre governantes, acadêmicos e empresários, o ETCO colabora para enriquecer a reflexão sobre o assunto. “Uma das grandes pragas do Brasil é a não direção das políticas públicas necessariamente para o bem comum, mas sim para os interesses de A ou B”, disse Marques Moreira.

“Mas a contribuição mais sólida do ETCO para a sociedade brasileira vem sendo a construção de um processo de esclarecimento sobre os malefícios das práticas ilegais que geram a concorrência desleal”, afirmou Leonardo Gadotti Filho, vice-presidente de Operações da Esso do Brasil e presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom). Gadotti presidiu o Conselho de Administração do ETCO de 2005 a 2006 e atualmente integra o Conselho de Administração do Instituto.

Segundo Gadotti, o setor de combustíveis comemora, dentre outras grandes vitórias no período, a lei de São Paulo que permite a cassação da inscrição estadual de distribuidoras, transportadoras ou postos flagrados vendendo combustível fora das especificações da Agência Nacional do Petróleo. Na opinião dele, a ética estará totalmente incorporada ao ambiente de negócios quando integrada à formação das pessoas. “Cabe

à sociedade civil, ao poder público, às entidades e às empresas o resgate desses valores, essenciais para a construção de uma nação moderna e justa”, afirmou Gadotti.

Ao longo desses anos, o ETCO participou de forma efetiva de algumas das mais importantes decisões que envolveram o combate à ilegalidade na economia brasileira. De acordo com o consultor tributário e ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, que faz parte do Conselho Consultivo do ETCO, a entidade é a união de empresas comprometidas com a defesa de instrumentos tributários capazes de coibir atos de sonegação, como os medidores de vazão na indústria de bebidas. Desde 2005, toda a indústria de cerveja e parte da indústria de refrigerante contam com o medidor de vazão, aparelho instalado nas enchedoras de bebidas que informa os volumes líquidos envasados em cada linha de produção. Os dados são coletados automaticamente e transferidos para a Receita Federal. O dispositivo tornou possível maior eficiência na arrecadação. De acordo com o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), de 2005 para 2006 o volume de produção de cerveja cresceu 6,2% e a arrecadação do IPI aumentou 17,5%, o que significa um acréscimo de R\$ 250 milhões aos cofres públicos sem que tenha havido aumento da carga tributária.

Segundo Hoche Pulcherio, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes e membro do Conselho de Administração do ETCO, houve uma redução de 20% na sonegação com a iminência da implantação dos medidores de vazão na indústria de refrigerantes. “Reduzida a concorrência desleal, houve aumento nos planos de investimento e no nível de emprego, ainda não mensurados totalmente”, afirma Pulcherio. “De qualquer forma, a conscientização da opinião pública sobre os males da informalidade é a maior vitória. A ética através do ETCO está no centro de to-



Delfim Netto, Heródoto Barbeiro, Eduardo Guardia, Germano Rigotto, em 2005, durante o seminário Sonegação X Carga Tributária: Existe um Ponto de Equilíbrio?, organizado pelo ETCO

das as discussões”, disse Pulcherio.

Outra medida que contou com o apoio do ETCO foi o fato de os fabricantes de cigarros, com a edição das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil (IN 769 e 770), terem sido obrigados a instalar contadores de produção, que transmitirão os dados on-line para a Receita, o que vai permitir o rastreamento dos produtos em todo o país. Do mercado total de 129 bilhões de cigarros em 2007, o setor estima que 29% (37 bilhões de cigarros) sejam resultado de contrabando, falsificação e evasão fiscal. Em 2007, de acordo com a Receita Federal do Brasil, o setor de cigarros arrecadou R\$ 2,8 bilhões em IPI. Porém poucos pagam impostos. Segundo a Receita, o Brasil tem 15 fabricantes de cigarros, sendo que apenas dois pagam seus tributos e respondem por quase 100% da arrecadação do setor.

Ao longo do tempo, as ações do ETCO passaram a atrair outros setores que sofrem do mesmo mal. Em 2005, depois de encomendar ao ETCO um estudo sobre a economia informal no ramo farmacêutico, o setor ficou surpreso com o impacto da informalidade no mercado, prin-

cipalmente na saúde pública. O estudo “Informalidade no Setor Farmacêutico: Barreira ao Crescimento da Economia Brasileira e Risco à Saúde Pública”, elaborado pela consultoria McKinsey e pelo escritório Pinheiro Neto Advogados, mostrou que a sonegação no setor farmacêutico chega a 23% do total de impostos pagos. Nascia a Câmara Setorial de Medicamentos, que reúne 34 empresas do ramo e iniciou uma série de discussões sobre a informalidade.

Dirceu Raposo de Mello, diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que esteve presente a um desses eventos, o seminário Incentivando o Crescimento da Economia Formal no Brasil: um Estudo do Setor Farmacêutico, promovido pelo ETCO, em dezembro de 2005, avisara que a agência iria promover no país uma ação de fiscalização preventiva. E cumpriu o que disse. Está em fase avançada a decisão da Anvisa de regulamentar e tornar obrigatório o sistema de rastreamento de medicamentos. O sistema faz o controle e o monitoramento do percurso dos produtos desde a saída da linha de produção até a venda nas farmácias.



Marcílio Marques Moreira, José Serra e André Montoro, durante o seminário Como Melhorar o Ambiente de Negócios, em 2007

O último setor a aderir ao ETCO foi o de tecnologia. Em setembro de 2007, a Microsoft, empresa líder no fornecimento de software, passou a representar a Câmara Setorial de Tecnologia. “Levamos dez anos de trabalho árduo para ver o índice de pirataria no mercado empresarial brasileiro diminuir de 65% para 60%”, disse Rinaldo César Zangirolami, diretor-geral de assuntos jurídicos e corporativos da Microsoft. Com a criação da câmara setorial, a expectativa é que o percentual sofra uma redução mais relevante.

Nestes cinco anos, o ETCO tem atuado em várias frentes de combate às práticas ilegais de mercado. Para lutar contra a enxurrada de produtos falsificados em território nacional, o Ministério da Justiça criou em 2004 o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual. Desde a sua concepção, o Conselho contou com o apoio total do ETCO. Luiz Paulo Barreto, presidente do Conselho e secretário executivo do

Ministério da Justiça, disse que uma das tarefas foi elaborar um plano de combate à pirataria, com 99 ações em três vertentes: repressiva, educativa e econômica.

A partir de então, as operações das polícias federal e rodoviária federal e da Receita Federal do Brasil dobraram. Em 2005, o Brasil tirou do mercado cerca de US\$ 84 milhões em produtos pirata, um aumento de 130% em relação a 2004. A maior vitória, segundo Barreto, foi a criação da cultura de combate a esse tipo de prática. “O governo e a sociedade sabem que o problema da pirataria não é social, é vinculado ao crime organizado.” Quando se enumeram as conquistas do ETCO na luta por um bom ambiente de negócios, é impossível deixar de fora a implantação da nota fiscal eletrônica (NF-e), um dos mais importantes passos para a modernização do sistema tributário brasileiro. A NF-e é um registro para a movimentação de mercadorias e a prestação de serviços

totalmente virtual. O ETCO e as empresas associadas aderiram com entusiasmo ao processo de implementação do sistema, colaborando com as autoridades fiscais federais e estaduais. Recentemente, o ETCO fez um seminário para promover a troca de experiências entre as empresas e os fiscos estaduais e federal sobre a utilização da NF-e, bem como debater o que facilita e o que dificulta sua implementação. Até o fim do ano, vários setores, incluindo quase todos que fazem parte do ETCO (bebidas, medicamentos, cigarro e combustível), deverão utilizar a NF-e.

No balanço destes cinco anos, o ETCO colecionou vitórias e venceu batalhas, porém a guerra contra as práticas ilegais de mercado continua. Como disse Milton Cabral, o grande desafio que o ETCO tem pela frente é manter a bandeira que lhe deu origem: a busca por uma sociedade mais justa, em que todos paguem impostos e, na outra ponta, se beneficiem com melhores serviços públicos. ★

Fotos: Calé



Noite de autógrafos: da dir. para a esq., André Montoro, Marcílio Marques Moreira, Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier e José Murilo de Carvalho

Encontro de pensadores no MAM

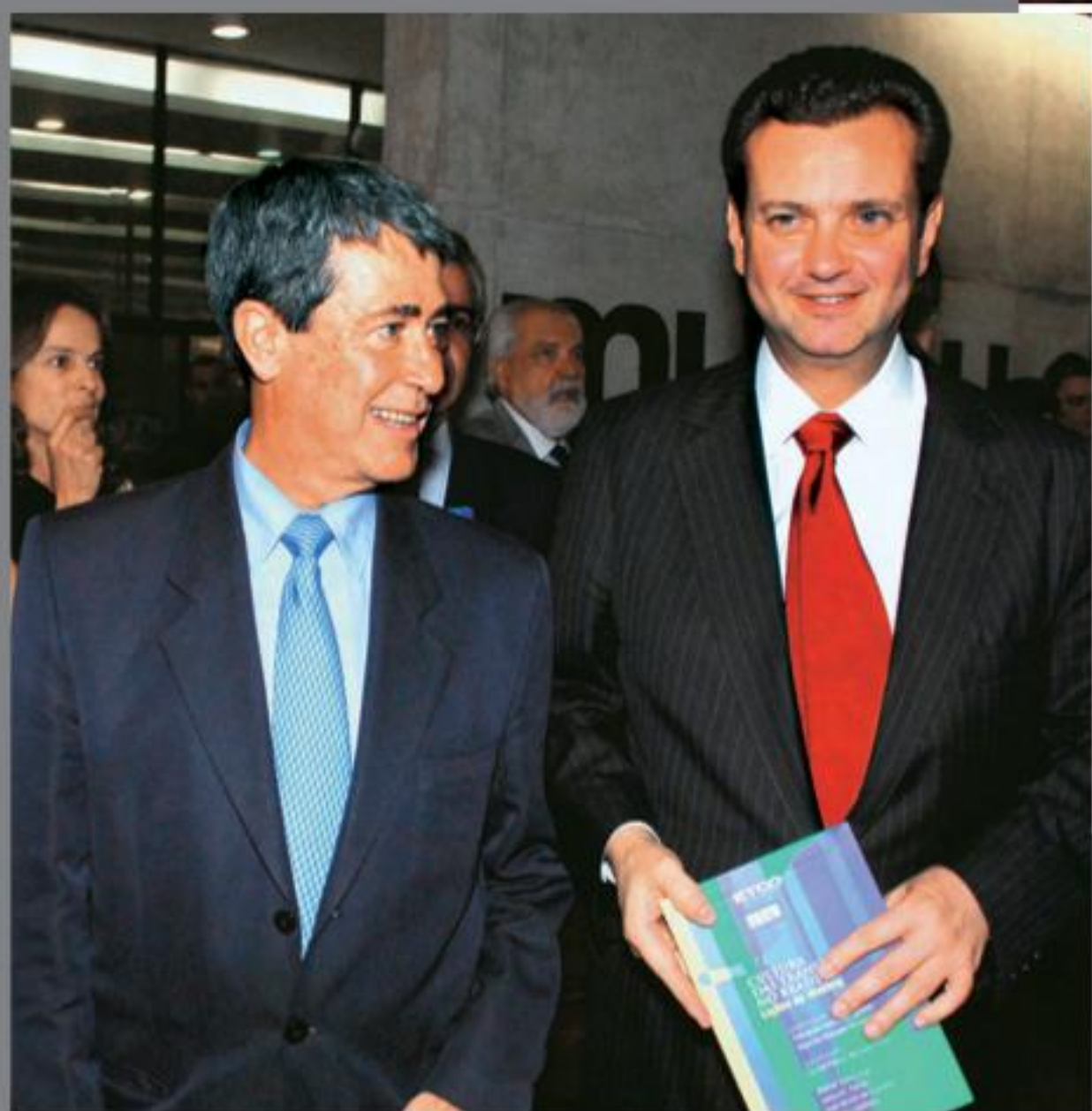
Empresários, políticos e economistas lotam o Museu de Arte Moderna de São Paulo para o lançamento do livro *Cultura das Transgressões no Brasil – Lições da História*

Na noite de 27 de fevereiro de 2008, o ETCO e o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) lançaram o livro *Cultura das Transgressões no Brasil – Lições da História* no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM_SP). A obra é uma publicação do ETCO em parceria com o iFHC e foi elaborada a partir do seminário homônimo, realizado em agosto de 2007, no iFHC, cuja questão central foi “Superar essa cultura da transgressão é condição

para o desenvolvimento?” Embora os desvios de conduta tenham atravessado séculos, os renomados estudiosos Bolívar Lamounier, Joaquim Falcão, José Murilo de Carvalho e Roberto DaMatta se debruçaram sobre o tema em busca de soluções para reverter esse quadro.

“A falta de ética que deriva da cultura das transgressões ameaça a democracia brasileira e prejudica nosso crescimento econômico”, afirmou o pro-

O presidente executivo do ETCO professor André Montoro, e o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab no evento no MAM



Fernando Henrique Cardoso, presidente do iFHC e coordenador do livro, Patrícia Blanco, diretora executiva do ETCO, e Milú Villela, presidente do MAM

fessor André Montoro. “É indispensável encontrar caminhos para superar essa cultura e o livro é uma excelente reflexão sobre essas questões”, concluiu. De acordo com o embaixador e ex-ministro da Economia Marcílio Marques Moreira, essa leniência com os desvios éticos, com as transgressões e com a malandragem é algo que permeia a sociedade brasileira. “Precisamos colocar o tema em discussão e analisar todas as variáveis que influenciam esse tipo de comportamento”, afirmou Marcílio Marques Moreira.

O MAM ficou repleto de empresários, economistas e políticos, que compareceram para prestigiar o lançamento de uma obra que mapeia, em profundidade, a origem das transgressões na cultura brasileira. Entre as principais personalidades estiveram presen-

tes Gilberto Kassab, Celso Lafer, Rubens Barbosa, Roberto Faldini, Guilherme Afif Domingos, Andrea Calabi, Rogério Amato, Andrea Matarazzo, Floriano Pesaro, Rodrigo Garcia, Milú Villela, Carlos Azzoni, Roberto Macedo e outros.

O livro foi autografado pelos autores Bolívar Lamounier (cientista político), José Murilo de Carvalho (professor do Departamento de História da Universidade

Federal do Rio de Janeiro), Fernando Henrique Cardoso (presidente do iFHC), André Montoro (presidente executivo do ETCO) e Marcílio Marques Moreira (presidente do Conselho Consultivo do ETCO). Fernando Henrique Cardoso e Marcílio Marques Moreira foram os coordenadores da *Cultura das Transgressões – Lições da História* e o professor André Montoro assina a apresentação da obra. ★

“Precisamos colocar o tema em discussão e analisar todas as variáveis que influenciam esse tipo de comportamento”

Marcílio Marques Moreira

História, uso e costume das transgressões no Brasil

Livro editado pelo ETCO em parceria com o iFHC investiga a origem das práticas que fogem ao senso das responsabilidades Por Maria Clara R. M. do Prado*

Pouca reflexão tem merecido no Brasil o tema das transgressões, não obstante a prática de comportamentos ao arripio de leis, normas e códigos de conduta estar tão arraigada no jeito de ser do povo brasileiro, no individual e no social, a ponto de ser um elemento fundamental da construção da memória nacional.

A urgência – sempre presente – da necessidade de trazer à luz do debate tema tão complexo e ao mesmo tempo difuso torna imprescindível a leitura do livro *Cultura das Transgressões no Brasil – Lições da História*, recém-lançado pelo ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, em parceria com o Instituto Fernando Henrique Cardoso, iFHC.

Sob a coordenação do ex-ministro Marcílio Marques Moreira e do próprio ex-presidente Fernando Henrique, e com apresentação do economista e presidente do ETCO, André Franco Montoro Filho, o livro traz um bom apanhado das várias facetas que dão forma às transgressões, com a preocupação de tentar rastrear ao longo da história do país a origem e a evolução de práticas que fogem ao senso das responsabilidades e das obrigações nos mais diversos segmentos, tanto no âmbito público como no privado.

Por serem multifacetadas, as transgressões permitem interpretações e enfoques variados, e está justamente

na “riqueza” das formas de sentir e de encarar o tema, tão vital ao alargamento da discussão, a grande contribuição da iniciativa do ETCO junto com o iFHC. Resultado de seminário dedicado ao tema, o livro aglutina textos de quatro especialistas, estudiosos da problemática social, política e cultural do país, sob a ótica da História, do Direito, da Antropologia e da Ciência Política.

Joaquim Falcão, diretor da Escola de Direito da FGV-Rio, introduz em seu texto a noção de “transgressões coletivizadas”, em que a repetida e costumeira prática das transgressões individuais acaba por extrapolar o limite da unidade para ganhar a forma do coletivo, entendido por ele como resultado da repetição de um mesmo ato por milhões de pessoas ou entidades. Recorre ao direito da propriedade para discorrer de forma

Quatro especialistas e estudiosos da problemática social escrevem sobre o tema do ponto de vista do Direito, da Antropologia e da Ciência Política

prática sobre três situações características da crescente ilegalização da vida cotidiana: o direito à moradia, a relacionada questão da escritura definitiva e o direito autoral. Falcão crê que são exemplos da estrutura legal monopolista sedimentada no país. Ele defende a diversificação da legislação na forma de uma pluralização dos atos legais em conformidade com os aspectos mais complexos e diferenciados que orientam hoje as relações sociais.

Já o historiador José Murilo de Carvalho aprofunda o conceito do monopólio legal e destaca em seu texto o papel que leis e legistas sempre tiveram na evolução política do país. Para ele, o cipoal de leis, que beneficia os operadores do sistema policial e legal, tem o efeito de elitizar a Justiça e de incitar à transgressão. É como se o que José Murilo chama de “fúria legiferante” funcionasse como uma espécie de fator de realimentação da transgressão, criando um círculo vicioso que só beneficiaria os próprios operadores da lei ou os que podem pagar as custas de um processo.

Para romper com esse estado de coisas, José Murilo acredita que algumas atitudes, na forma de pensar e de agir, precisariam desaparecer da sociedade, como a postura moralista característica do “udenismo”, o fatalismo e o cinismo pragmático, além da visão corrente de que a lei é meio descartável,

em vez de ser entendida como um fim, necessário à sobrevivência do sistema da democracia representativa.

O texto do antropólogo Roberto DaMatta destaca o aspecto “representativo” do entorno do transgressor na medida em que, para ele, a variável “quem foi” englobaria a natureza do crime cometido em um complicado complexo de valores igualitários e hierárquicos. “Nosso problema não seria a lei, mas o cuidado em sua aplicação, o que obriga a considerar quem cometeu o crime”, diz ele. Também aqui se levanta a importância de uma medida mais profunda nos valores sociais que levem à politização do tema, pois, acredita DaMatta, sem que se tome consciência da diferença entre “transgressão” e “transgressões” concebidas e vividas em sociedades específicas, dotadas de regime de culpabilidade, vergonha, respeito e honra igualmente particulares, a tendência é de continuidade na introdução de mecanismos legais que, “mesmo capazes de cercar todo o quarteirão, deixam escapar o ladrão”.

O cientista político Bolívar Lamounier tenta estabelecer uma relação entre transgressão e economia de mercado. Seu intrigante artigo questiona a possibilidade de a classe média desempenhar o papel de agente de revisão de valores e de apoios políticos que impulsionem a economia de mercado e possam frear a escalada da trans-



divulgação

Na economia, o país sustenta um sistema sofisticado e avançado, mas ainda está subordinado a um arcabouço institucional pesado e atrasado

gressão. Seria, pergunta ele, a classe média brasileira uma solução ou um problema no contexto do tema das transgressões? A resposta não é trivial. Bolívar está, no entanto, convencido de que o persistente aumento da transgressão no Brasil é um correlato inevitável do processo de modernização, o preço que se paga por uma sociedade dinâmica, moderna e democrática. O outro lado da questão, ressalta, está no atraso acumulado no campo institucional, na construção de valores e padrões de sociabilidade comparáveis aos de países mais desenvolvidos.

A leitura do livro *Cultura das Transgressões no Brasil* vem confirmar a percepção de que vivemos uma realidade profundamente dicotômica: o país opera em um sistema sofisticado e avançado no setor econômico, mas ainda está subordinado a um sistema institucional pesado e atrasado. Entre um e outro, prolifera uma sociedade que se beneficia do progresso da economia enquanto tenta sobreviver juridicionalmente aos saltos, pulando de galho em galho.

* Maria Clara R. M. do Prado é jornalista, sócia-diretora da Cin – Comunicação Inteligente, colunista do jornal Valor Econômico e autora do livro *A Real História do Real*, editado pela Record. ★

A primeira edição esgotou e a segunda edição estará em todas as livrarias a partir de maio.

Causas e conseqüências da economia subterrânea

Seminário internacional organizado pelo ETCO reúne no Rio de Janeiro empresários, acadêmicos e autoridades governamentais, além de dois dos maiores especialistas mundiais, para discutir o assunto Por Andrea Assef



Da esq. para a dir. ,
Álqueres, da Light,
professor Tanzi,
professor André
Montoro e
secretário Joaquim
Levy, durante o semi-
nário internacional
no Rio de Janeiro

Quando a bela e engajada atriz americana Angelina Jolie apresentou o Oscar de 2001, ela vestia um elegante terninho de cetim branco. Segundo o jornalista Roberto Saviano, autor do livro *Gomorra*, (editora Mondadori, Itália, 2006), a atriz recebeu a roupa como cortesia de um costureiro italiano, mas na verdade o traje teria sido feito pela Camorra, a máfia napolitana, que controla o sistema fabril da região de

Nápoles, usado por algumas grifes internacionais na terceirização de parte de suas produções. No livro, com mais de 1 milhão de exemplares vendidos, o jornalista revela os tentáculos do crime organizado na economia subterrânea de Nápoles e sua expansão mundo afora.

Esse exemplo foi usado por Vito Tanzi, renomado economista italiano e consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para ilustrar o alcance do mercado subterrâneo em pleno século 21. Tanzi foi um dos palestrantes do

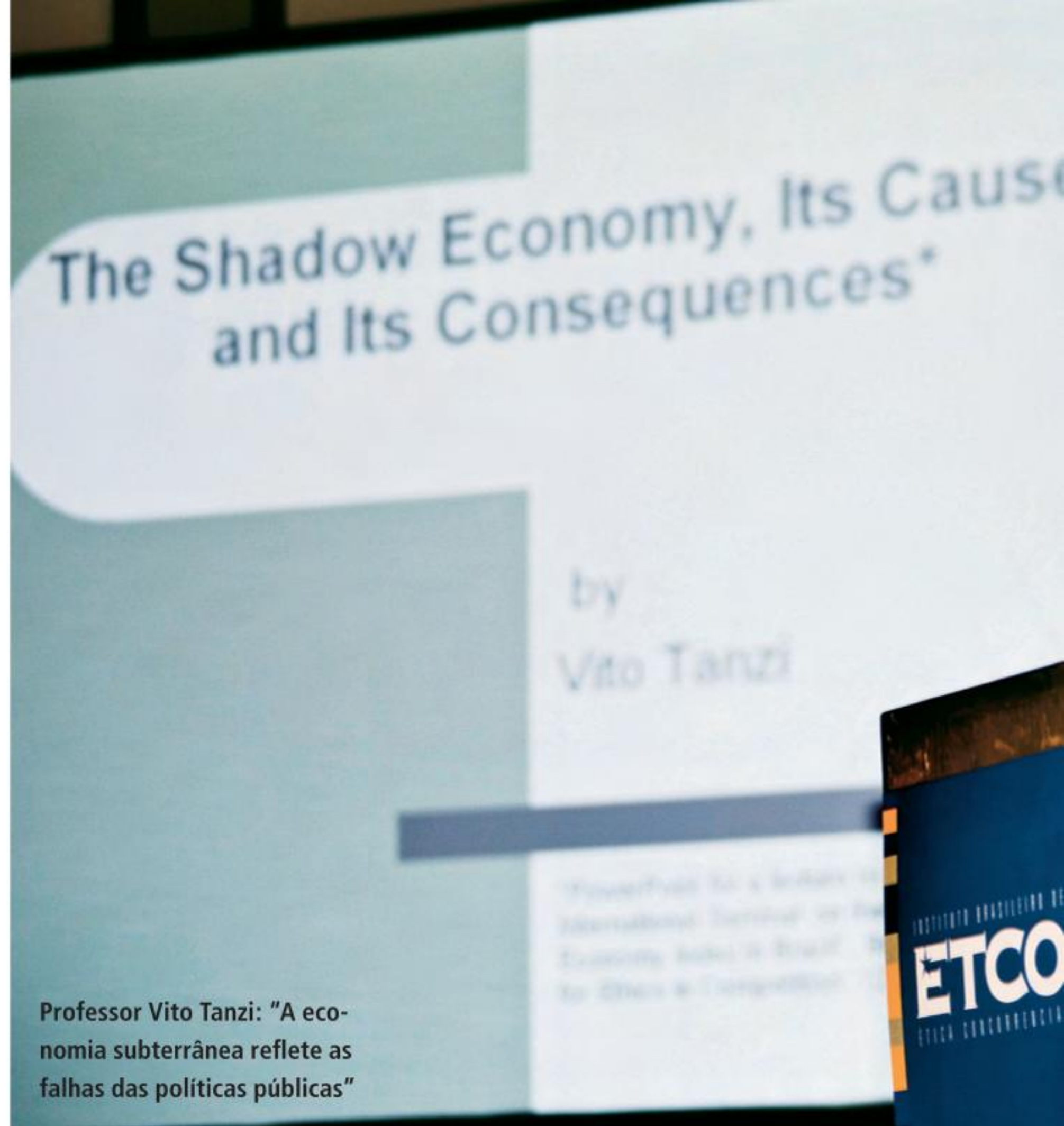
seminário internacional Economia Subterrânea – Causas e Conseqüências, que ocorreu no dia 12 de março deste ano, no Rio de Janeiro, organizado pelo ETCO. O evento reuniu empresários, acadêmicos e autoridades governamentais e contou com a presença de dois dos maiores especialistas mundiais no assunto, o próprio Vito Tanzi, um dos primeiros pensadores econômicos a estudar a economia subterrânea, há quase 30 anos, e o professor austríaco Friedrich Schneider, catedrático da Universidade de Linz, na Áustria.



Foto: Calé

“A economia subterrânea existe desde a formação do Estado, quando começou a haver a necessidade de tributação, mas só entrou no debate econômico a partir da década de 70, quando passou a crescer à medida que aumentava o peso dos impostos, das normas, da burocracia e da corrupção”, afirma Tanzi, autor de um estudo pioneiro sobre o tema que se tornou referência na metodologia de avaliação da economia subterrânea até hoje. Segundo o professor André Montoro, presidente executivo do ETCO, o principal objetivo do seminário internacional foi encontrar caminhos e idéias que possam levar à redução da informalidade no Brasil. “A sonegação, a informalidade e outros desvios de conduta desvirtuam o ambiente de negócios”, afirmou Montoro, na abertura do evento. “Por isso precisamos entender como funciona essa economia subterrânea para melhor combater suas conseqüências perversas”, disse ele.

Complexidade normativa, alta carga tributária e corrupção estão entre as principais causas da informalidade, de acordo com os dois especialistas estrangeiros. Para o professor Friedrich Schneider, que criou uma metodologia de cálculo para estimar a economia subterrânea de um país em relação a seu Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil precisa de reformas mais profundas nas questões tributária e previdenciária para diminuir o impacto da chamada economia invisível. Schneider fez um levantamento do nível de informalidade em 21 países da América Latina, incluindo o Brasil, entre 1995 e 2007. Nesse período, a economia subterrânea brasileira dobrou de tamanho. Em 1995, os desvios de conduta no ambiente de negócios do país representavam 20,71% do PIB; no ano passado, o número era o



Professor Vito Tanzi: “A economia subterrânea reflete as falhas das políticas públicas”

equivalente a 40,23% do PIB.

Mas há uma luz no fim do túnel. Segundo o estudo de Schneider, desde 2004, quando bateu nos 42,60% do PIB, o peso do mercado subterrâneo está em queda no Brasil. Em 2008, Schneider estima uma redução para 39,42% do PIB. Para ele, a explicação está no crescimento da economia oficial no país. “Agora, muitas pessoas têm escolha; elas podem trabalhar tanto na economia informal quanto na economia oficial e ganhar dinheiro em ambos os casos”, afirmou ele. Tanzi lembra que parte dos cerca de 40% de informalidade projetados para a economia informal acaba sendo captada pelas contas do PIB, pois, diz ele, se toda a economia subterrânea estivesse fora das contas nacionais, o Brasil seria um país muito mais rico do que efetivamente é. “Pessoalmente sou um

“ Precisamos entender como funciona essa economia subterrânea para melhor combater suas conseqüências perversas”

Professor André Montoro



Foto: Calé

pouco cético em relação à precisão dos números calculados para a economia subterrânea em geral”, afirma Tanzi. Mas, em seguida, ele cita o influente economista John Maynard Keynes, que costumava dizer: “É melhor estar vagamente certo do que precisamente errado”. Ou seja, os dados podem não ser exatos, mas estão o mais próximo possível da realidade. “E, de qualquer forma, nós precisamos de informações para poder reexaminar todo o sistema, pois a economia subterrânea reflete a falha das políticas públicas”, diz Tanzi.

A apresentação de José Luiz Álkueres, presidente da Light, sobre as perdas de energia no Rio de Janeiro revela o que acontece quando o poder público falha. As perdas da concessionária, ocasionadas por fraudes e desvios, saltaram de 11,8% em 2001 para 16,3% em 2007. E

40% delas ocorrem em áreas dominadas pelo tráfico e onde a Light não consegue entrar. “Precisamos reconquistar esses territórios”, afirma ele. Segundo Álkueres, a Light aumentou de R\$ 80 milhões para R\$ 200 milhões por ano, a partir de 2008, os investimentos em ações para coibir as perdas de energia. “O grande desafio é conscientizar sobre a necessidade da regularização do consumo de energia, principalmente aquela parcela da população que não tem a titularidade do imóvel, tem renda variável, porém, como todo brasileiro, vive sob um sistema com tarifas e regras rígidas.”

De acordo com Joaquim Levy, secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, o papel do Estado é reduzir essa rigidez e facilitar a entrada das pessoas e das empresas na atividade formal. “É a única maneira de crescer de forma sustentável”,

A ECONOMIA SUBTERRÂNEA NA AMÉRICA LATINA

A informalidade em 21 países em relação ao PIB (entre 1995 e 2007)

País	Economia informal (em % do PIB)
Chile	19,4
Costa Rica	26,3
Argentina	27,2
Porto Rico	28,2
México	31,7
Paraguai	33,1
Rep. Dominicana	34,8
Equador	35,2
Venezuela	35,4
Jamaica	38,4
BRASIL	41,8
Colômbia	42,7
El Salvador	47,2
Nicarágua	48,1
Uruguai	49,2
Honduras	49,3
Guatemala	50,3
Peru	58,2
Haiti	59,6
Panamá	62,2
Bolívia	67,2

Fonte: Professor doutor Friedrich Schneider, Universidade de Linz, Áustria.



Professor Friedrich Schneider, durante sua apresentação no seminário internacional do ETCO

“Conseguimos reduzir de quatro meses para menos de dez dias o tempo de obtenção da licença municipal para abrir uma empresa”

Joaquim Levy, secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

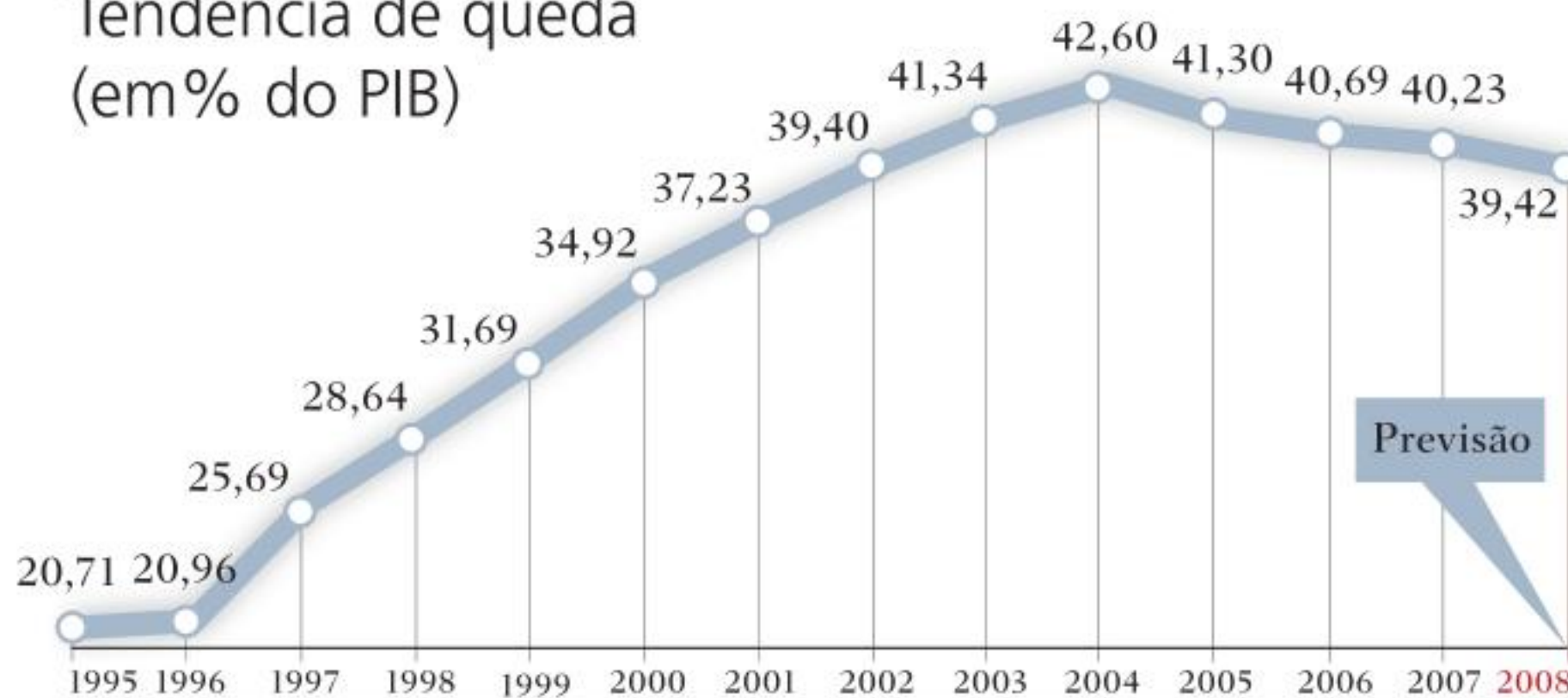
diz ele. Segundo Levy, o governo estadual está criando condições para uma concorrência homogênea através de ações de flexibilização na formalização das empresas. “Fizemos uma aliança com a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerj) e conseguimos reduzir de quatro meses para menos de dez dias o tempo de obtenção da licença municipal necessária para abrir uma empresa”, conta Levy.

Assim como a flexibilização na criação das empresas, a desoneração da folha de pagamentos é outro tema de suma importância para a redução da informalidade no Brasil. O professor Samuel Pessoa, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentou um trabalho sobre o impacto da desoneração da folha salarial, que está na proposta de reforma tributária que o governo mandou ao Congresso recentemente. “A reforma tem três objetivos: simplificar, desonerar a folha de salários e desonerar a folha de investimento. Isso é um sinal positivo para o país”, afirma o professor Pessoa. Segundo ele, a carga tributária sobre o setor formal cria uma cunha entre a remuneração

Foto: Calé

ECONOMIA SUBTERRÂNEA

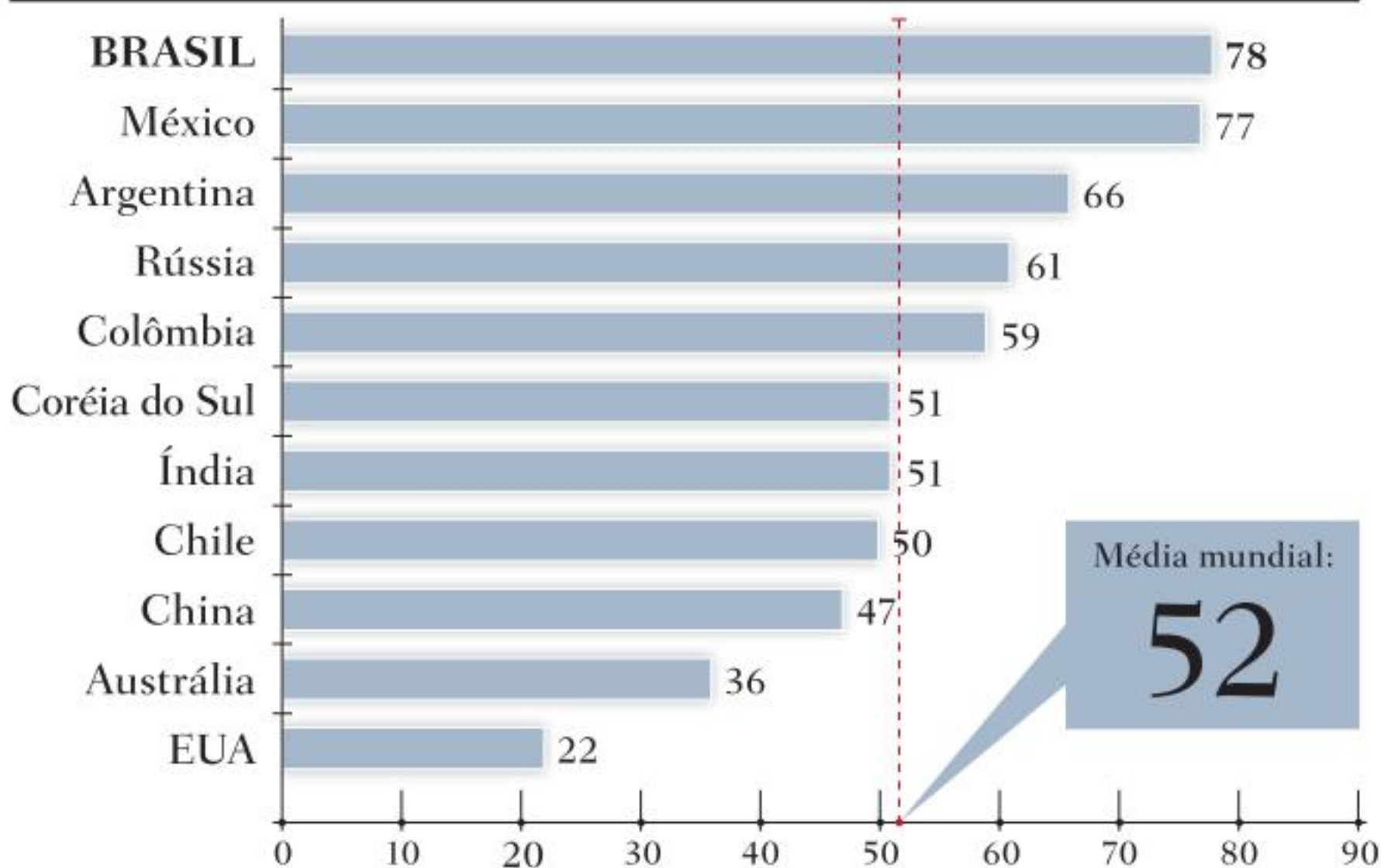
Tendência de queda (em% do PIB)



Dados referentes ao Brasil. Fonte: Professor doutor Friedrich Schneider, Universidade de Linz, Áustria

LEIS TRABALHISTAS

(0: mais flexível / 100: menos flexível)



Fonte: McKinsey (2004)

neração paga e a recebida e isso pode reduzir o PIB, pois as pessoas podem optar pelo setor informal, que é menos produtivo.

Essa cunha sobre o mercado de trabalho, segundo Pessoa, é de 30% (a diferença entre o pago e o recebido pelo trabalhador brasileiro) e equivale a uma alíquota de 43%, que é paga pelo empregador. “Ao desonerar a folha salarial, muitos irão para o emprego formal e haverá um aumento da rentabilidade e do processo de acumulação do capital”, diz ele. De acordo com o estudo de Pessoa, no curtíssimo prazo (de um a dois anos) a desoneração da folha de pagamentos propiciará uma perda de receita por parte do governo, mas será extremamente benéfica para o crescimento sustentável do país a médio e longo prazo. Pessoa reitera ainda que a alta carga tributária é um sinal positivo para o Bra-

sil: “É fruto de um processo legítimo de democracia, pois nos últimos 20 anos se votou nos políticos que fazem as leis”.

Na visão de Paulo Ricardo de Souza Cardoso, secretário adjunto da Receita Federal do Brasil, a carga tributária é o tamanho da conta que a sociedade tem de pagar. “Estamos empenhados na desoneração da carga tributária e da folha de pagamentos”, afirmou ele. De acordo com Paulo Ricardo de Souza Cardoso, a Receita Federal caminha na simplificação dos processos há muitos anos. “Acontece que a reforma tributária não é um evento, é um processo que vai de acordo com o ambiente político da nação”, diz ele. Como exemplo de flexibilização do órgão federal, Ricardo cita o Simples Nacional, que estabeleceu um modelo de tributação para as pequenas e microempresas com apenas uma guia


de recolhimento e já conta com a adesão de mais de 3 milhões de empresas em todo o país.

“Criamos oportunidades para as empresas, em termos de custos tributários, poderem se formalizar”, afirma Paulo Ricardo. Ele cita também o Cadastro Sincronizado Nacional, que é a interligação dos cadastros da União, dos Estados e dos municípios, que já conta com a participação de oito Estados, entre eles São Paulo, Bahia e Rio Grande do Norte. “Nesses Estados, o contribuinte leva 48 horas para abrir uma empresa, pois é preciso fazer apenas um registro único, em um único lugar e com um único número, o do CNPJ”, explica Paulo Ricardo. As informações do cadastro serão compartilhadas por todos os níveis de governo.

Para Ricardo Vontobel, presidente da Associação dos Fabricantes de Coca-Cola, há no país um amadurecimento no relacionamento das empresas éticas com o governo e a sociedade. Ele lembra que, há poucos anos, a concorrência ilegal chegou a ter 40% de participação no volume dos negócios do setor de refrigerantes. “Atualmente, esse número gira em torno de 25%, com tendência de queda”, afirma Vontobel. “Ficamos uma década sem crescer. Mas isso passou e eu tenho uma visão otimista, pois estamos hoje em um momento em que a aproximação do Estado com os setores privados no diálogo e no combate à ilegalidade tem trazido resultados muito significativos”. Vontobel cita como exemplos positivos a implementação da nota fiscal eletrônica e a instalação dos medidores de vazão (que informam on-line à Receita Federal do Brasil o volume de produção de bebida), que, além do setor de refrigerantes, serão implementados em toda a cadeia produtiva até o fim de 2009. ★

Entrevista: Vito Tanzi

Foto: Calé

A full-page photograph of Vito Tanzi, an older man with a balding head, wearing a grey suit, a light blue shirt, and a dark blue tie with light blue polka dots. He is standing in a modern conference room with large windows in the background. In the foreground, there is a curved wooden conference table with several microphones, water glasses, and papers. The room has a clean, professional aesthetic with light-colored walls and a grey carpet.

Vito Tanzi: " Algumas empresas pagam impostos, outras não. Isso cria um problema enorme para a legitimidade do mercado."

Estado voraz alimenta a economia informal

O economista italiano Vito Tanzi diz que excesso de regulamentações, altos impostos, burocracia e corrupção estimulam empresas e trabalhadores a ir para a clandestinidade e, por isso, precisam ser combatidos Por Andrea Assef

O economista italiano Vito Tanzi, consultor sênior do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com ph.D. em Economia pela Universidade Harvard, é conhecido por seus trabalhos de pesquisa sobre as economias latino-americanas e pelo chamado Efeito Tanzi, no qual, em períodos de alta inflação, há um declínio das receitas fiscais em decorrência da defasagem entre o fato gerador do imposto e sua efetiva coleta. Tanzi foi subsecretário de Economia e Finanças e ministro da Economia e Finanças da Itália e trabalhou no Fundo Monetário Internacional (FMI) por quase três décadas, onde atuou como diretor do Departamento de Assuntos Fiscais. Ele escreveu um dos primeiros estudos sobre economia subterrânea, que se tornou referência na metodologia que vem sendo usada nos últimos 30 anos por especialistas da área. Antes de fazer sua apresentação durante o seminário internacional Economia Subterrânea – Causas e Conseqüências, promovido pelo ETCO no dia 12 de março, no Rio de Janeiro, Vito Tanzi concedeu, com exclusividade à revista do ETCO, esta entrevista.

ETCO – Quais são as principais conseqüências negativas da economia subterrânea?

Tanzi – Algumas empresas pagam impostos, outras não. Isso cria um problema enorme para a legitimidade do mercado. Além disso, ao aumentar os impostos para compensar o prejuízo, o governo penaliza ainda mais o contribuinte que paga os tributos. De outra parte, a forte regulamentação sobre a mão-de-obra estimula a existência do mercado de trabalho clandestino e aumenta o número de trabalhadores que migram para a informalidade. Na Itália, por exemplo, dizem que é mais fácil se divorciar da mulher do que dos funcionários. As empresas com mais de 15 funcioná-

“É preciso reduzir o tamanho do Estado e também diminuir a regulamentação sobre o mercado de trabalho, para combater a informalidade”

rios sofrem forte regulação e, por isso, muitas delas só declaram esse número de empregados, pois o resto começa a entrar de modo informal. Some-se a tudo isso o peso da corrupção. Esse é o cenário que acaba por validar a economia subterrânea.

ETCO – A carga tributária excessiva pode ser considerada uma das grandes causadoras da economia informal?

Tanzi – Esse é um grande problema para muitos países. Eu escrevi vários trabalhos contra impostos abusivos. Os governos precisam gastar menos. Uma carga muito alta gera efeitos negativos ainda maiores sobre a economia. A estabilidade macroeconômica, a liberação de preços e as privatizações são necessárias, mas não suficientes para a completa transição da economia informal para a formal. É preciso reduzir o tamanho do Estado, assim como é necessário diminuir a regulamentação sobre o mercado de trabalho. Boa parte das pessoas que trabalham na economia subterrânea poderia trabalhar na economia oficial, mas elas optaram pela economia subterrânea. E não estamos falando apenas de traba-

lhadores efetivamente informais. Há ainda aqueles que trabalham na economia oficial durante a semana e na subterrânea nos fins de semana, ou os aposentados, que, em função da longevidade, são um número cada vez mais significativo na mão-de-obra subterrânea.

ETCO – Em sua opinião, o Estado poderia ter um papel menor?

Tanzi – Sim, o Estado deve apenas auxiliar quando o mercado falha. Quando o Estado entra em áreas que deveriam ser desenvolvidas pelo mercado, ele impede o crescimento e cria um monopólio. Quando o Estado entra na educação pública, muito freqüentemente a educação privada não se desenvolve. A conclusão é que, quando o mercado se desenvolve, o Estado deve se retirar e se tornar cada vez menor. Quando isso não ocorre, aumenta o espaço para a entrada da economia subterrânea.

ETCO – Qual é a origem da economia subterrânea?

Tanzi – A economia subterrânea existe desde a formação do Estado, quando houve a necessidade de tributação. Mas, nas últimas décadas, especialmente desde 1960, a população de vários países passou a ser submetida a impostos cada vez mais elevados e a normas altamente complexas. Ou seja, foram criados fortes incentivos para que pessoas e empresas passassem a sonegar impostos e a fugir das complexidades regulatórias. A economia subterrânea está presente tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos.

ETCO – Por que o senhor, que criou um dos mais populares métodos de medição da economia



“É preciso prestar mais atenção ao comportamento ético, pois esse pode ser o caminho para resolver os dilemas que alimentam a economia subterrânea”

subterrânea, na década de 1980, atualmente afirma que ninguém sabe ao certo o tamanho da economia subterrânea?

Tanzi – Após 15 anos distante do tema, eu retomei a questão da economia subterrânea em 1999 e descobri que os métodos para medir esse fenômeno haviam evoluído muito pouco nesse período. As estimativas atuais sobre a economia subterrânea não são robustas o suficiente para oferecer fortes conclusões, pois os pesquisadores usam diferentes métodos e, portanto, produzem resultados distintos. Então, sempre me mantenho cético quando alguém diz que tem “os números precisos” da economia subterrânea. Não há dúvidas de que a economia subterrânea é um fenômeno real com sérias implicações que merecem atenção e estudo por parte das sociedades e dos governos. Mas, enquanto a literatura sobre a economia subterrânea é útil, as estimativas empíricas apresentadas ainda deixam a desejar.

ETCO – Em sua opinião, o que pode ser feito para reduzir o tamanho da economia subterrânea no Brasil?

Tanzi – Não sou um especialista em Brasil, mas qualquer país em que a economia subterrânea seja significativa precisa repensar a forma como tem conduzido suas políticas públicas. Excesso de regulamentações, altos impostos, burocracia e corrupção estimulam a economia clandestina e, por isso, precisam ser combatidos. Além disso, é preciso prestar mais atenção ao comportamento ético, pois esse pode ser o caminho para resolver boa parte dos conflitos e dilemas que alimentam a economia subterrânea. ★

Peso da informalidade só cai com novas reformas



Foto: Calé

Friedrich Schneider:
"A economia informal
no Brasil é guiada
pela pressão causada pelos
impostos, uma economia
totalmente regulamentada"

Crescimento econômico, desregulamentação do mercado de trabalho e queda dos impostos reduzem a economia informal, diz o professor Friedrich Schneider
Por Andrea Assef

O austríaco Friedrich Schneider é professor catedrático de Economia na Johannes Kepler University, em Linz, na Áustria. Foi presidente da Associação Austríaca de Economia de 1997 a 1999 e, em 1998, tornou-se pesquisador convidado do FMI. Em 2005, foi eleito presidente da Associação Alemã de Economia. Ele é especialista em análises econômicas das causas que determinam o tamanho e o desenvolvimento da economia subterrânea e sua interação com a economia formal. Segundo o professor Schneider, que estudou a informalidade em 21 países da América Latina, por maior que seja o crescimento do Brasil nos próximos anos, só haverá redução do peso da informalidade se ocorrerem reformas institucionais que assegurem maior dinamismo à economia brasileira. A seguir, a entrevista exclusiva que o professor Schneider concedeu à revista do ETCO no dia 12 de março, no Rio de Janeiro, pouco antes de

ministrar sua palestra sobre economia subterrânea no seminário internacional organizado pelo Instituto.

ETCO – Como o senhor descreveria a economia informal?

Schneider – A economia informal ocorre quando bens e serviços que podem ser produzidos legalmente não o são devido à pesada tributação e à rigidez dos direitos trabalhistas. Isso acontece, por exemplo, em segmentos como conserto de carros, construção de casas, conserto de TVs, enfim, todas essas coisas que a pessoa poderia fazer através da economia formal a um custo bem mais alto, pois teria de pagar impostos.

ETCO – Qual é sua avaliação sobre a economia informal no Brasil?

Schneider – De acordo com meus estudos, a economia informal no Brasil é guiada pela pressão causada pelos impostos, uma economia totalmente regulamentada. Especialmente no mercado de trabalho, a elevada regulamentação e os altos impostos acabam estimulando a informalidade. Eu acho que, no Brasil, a economia informal poderia ser muito menor se o mercado de trabalho tivesse menos regulamentações, pois seria mais fácil iniciar um negócio formalmente. Abrir um negócio formalmente leva muito tempo e a burocracia é inacreditável.

ETCO – Seu estudo aponta uma leve redução dos números da economia informal no Brasil nos últimos anos (de 41,30% do PIB em 2005 para uma estimativa de 39,42% do PIB em 2008). Qual é a causa disso?

Schneider – O crescimento da economia oficial. No último ano, o Brasil superou a recessão e registrou um forte crescimento nas ex-

portações, sem aumento da carga tributária. Agora, muitas pessoas têm uma escolha. Elas podem trabalhar tanto na economia informal quanto na economia oficial, pois existe a oportunidade de ganhar dinheiro na economia oficial. Essa é a razão para a pequena queda, mas é importante registrar que só haverá uma redução efetiva da informalidade se o país fizer as reformas institucionais necessárias para dar dinamismo à economia brasileira. Além disso, o número relativo à economia informal, que gira em torno dos 40% do PIB, ainda é bastante alto em relação a países como a Grécia, onde a informalidade é de cerca de 25% do PIB.

ETCO – O senhor disse que os governos de países como o Brasil deveriam compreender o potencial da economia informal. Por quê?

Schneider – Porque muitos con-

sideram que parte da riqueza é produzida por fora. O que significa que existe um alto potencial produtivo. E esse potencial pode ser usado na cobrança de impostos para a economia oficial. A posição do governo deve ser a de lutar para promover uma estrutura de incentivos para oficializá-la.

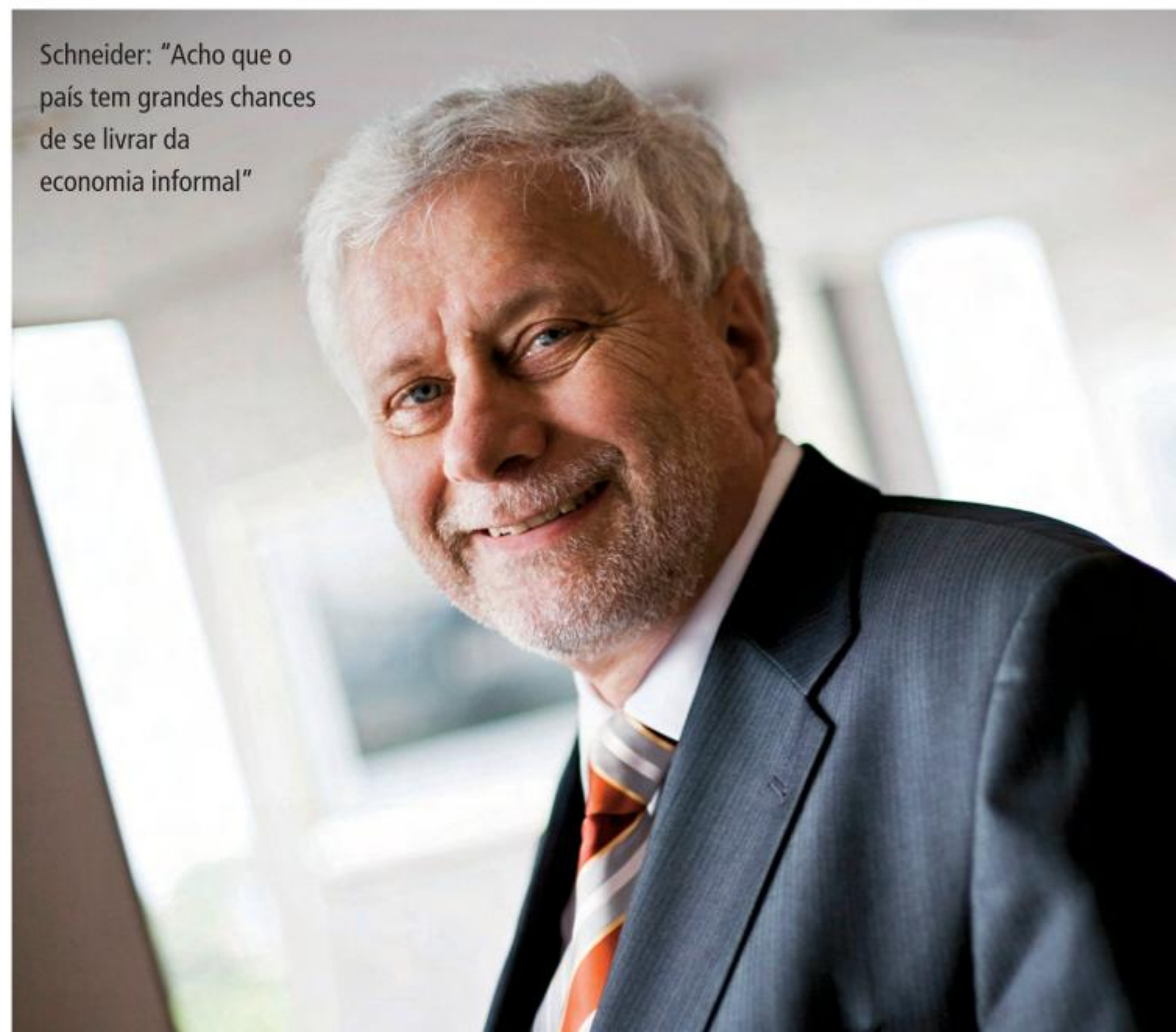
ETCO – E qual seria o primeiro passo para o governo fazer isso?

Schneider – Eu realmente acho que deveria ser a desregulamentação do mercado de trabalho, a desregulamentação do mercado oficial e, claro, a queda dos impostos, que é sempre o mais difícil a ser feito.

ETCO – Qual é a relação entre a corrupção e a economia subterrânea?

Schneider – No Brasil, em especial, a corrupção é praticamente uma condição preexistente para o mercado informal. Então, se há

Schneider: "Acho que o país tem grandes chances de se livrar da economia informal"



muita corrupção, é porque o mercado de trabalho informal também é muito grande. É necessário subornar policiais, subornar burocratas. Acho que é fundamental lutar contra a corrupção, é preciso ter em mente que os baixos salários dos policiais são um incentivo à corrupção, por exemplo.

ETCO – Há outros países em situação semelhante à do Brasil?

Schneider – Na América Latina, o número de países em situação parecida com a do Brasil é muito grande. Em relação aos 21 países da região em que estudei a informalidade, o Brasil aparece no meio do gráfico. Não é uma nação com enorme economia invisível, mas também não está entre os países com baixa informalidade na economia, como o Chile, que tem 19,4% do PIB. O Brasil, porém, é o maior de todos, com a economia mais proeminente, com

“O número relativo à economia informal, que gira em torno de 40% do PIB no Brasil, ainda é bastante alto em relação a países como a Grécia, onde a informalidade é de cerca de 25% do PIB”

números significativos na exportação, na produção de artigos de primeira linha, desde carros até itens de alta tecnologia. Por isso, acho que o país tem grandes chances de se livrar da economia informal. O potencial para a queda da economia informal no Brasil é maior do que, por exemplo, em países como a Argentina. A exceção fica com o Chile, que também é um país em desenvolvimento e, assim como o Brasil, tem uma oportunidade única.

ETCO – Ou seja, se a economia continuar crescendo no Brasil, a informalidade deverá seguir em queda?

Schneider – Quando existe uma economia oficial crescente, isso se torna um incentivo para se engajar à economia oficial. Alguém pode perguntar: “E se eu tiver chances de ganhar bem na economia formal?” E isso também melhoraria a atitude diante dos impostos, e a atitude dos brasileiros perante o governo, caso este faça um bom trabalho. Se a economia está crescendo, se aumentam as oportunidades de encontrar em-

prego, então as pessoas ficam mais dispostas a pagar impostos para que o governo possa oferecer melhores escolas, melhores ruas, melhor infraestrutura, condições importantes para a economia.

ETCO – Caso isso começasse agora, quantos anos seriam necessários para que o Brasil deixasse o rol dos países com alta economia subterrânea?

Schneider – Não sei quanto tempo levaria, mas, se o Brasil continuar assim, a economia informal poderia ficar entre 25% e 30%. É importante ressaltar que sempre haverá alguém na economia informal, pois isso é um fenômeno mundial. Afinal, nenhum país pode abolir os impostos, embora possa diminuí-los consideravelmente.

ETCO – Quais são os países europeus que podem ser citados como exemplos de nações com uma economia informal elevada?

Schneider – Na Europa, temos países como Portugal, Espanha, Itália, onde a economia informal está entre 20% e 25% do PIB.

ETCO – Por quê?

Schneider – Principalmente por falta de confiança no governo e em função de uma regulamentação inacreditável. Nesses países é extremamente complicado abrir um negócio, pois é exigida muita papelada e levam-se meses para isso, enquanto nos Estados Unidos é possível abrir um negócio em um dia.

ETCO – Existe informalidade em países como a Suíça?

Schneider – A economia informal na Suíça é muito pequena. Os impostos e as regulamentações são muito baixos, de 7% a 8%. ★

Foto: Calé



A história das cidades invisíveis do Brasil

Como funciona a economia subterrânea, que sonega impostos, ignora leis trabalhistas e desafia o Estado Por Márcia Fernandes*

“(...) Não há nada que faça com que se pareça com uma cidade, exceto os encanamentos de água, que sobem verticalmente nos lugares em que deveria haver casas e ramificam-se onde deveria haver andares: uma floresta de tubos que terminam em torneiras, chuveiros, sifões, registros.”

Esta é a inacabada Armila, uma das muitas cidades que o explorador veneziano Marco Polo descreve ao imperador dos tártaros Kublai Khan no clássico *As Cidades Invisíveis*, de Italo Calvino.

Assim como em Armila, as florestas de tubos que terminam em chuveiros a céu aberto revelam algumas das cidades invisíveis que habitam o território brasileiro. Sob os tiros dos traficantes no morro Dona Marta, na zona sul carioca, esses tubos fazem chover até em dia de sol forte na favela, como conta o jornalista Caco Barcellos no livro *Abusado*. Os chuveirinhos formados pelos projéteis de vários calibres que rompem as tubulações quando há tiroteio fazem a alegria das crianças, mas não só pela água abundante que espalham. Há crianças especializadas no conserto dos chuveirinhos que são remuneradas por traficantes cariocas.

As cidades invisíveis no Brasil movimentam uma economia robusta, a chamada economia subterrânea, que sonega impostos, ignora leis tra-

balhistas e desafia o Estado. A economia subterrânea também não está restrita a áreas de risco. José Luiz Álqueres, presidente da Light, diz que, do total de perdas da empresa, 40% estão em áreas de risco. Os 60% restantes estão em apartamentos e casas da periferia, no comércio e até mesmo em condomínios de luxo. A Light é uma empresa distribuidora de energia que atende o Rio de Janeiro, e o que Álqueres chama de perdas é um eufemismo corporativo para o roubo de energia e outros serviços públicos, popularmente conhecido como “gato”.

Em São Paulo, o “gato hidráulico”, como diz o presidente da Sabesp, Gesner Oliveira, é responsável por algo entre 4% e 6% do total de perdas da empresa. Em 2007, a Sabesp registrou uma perda total de 29,9% de água, sendo que mais da metade disso foi causada pela perda física, ou seja, vazamento. “Mas ainda assim as perdas com fraudes são grandes se considerarmos o volume de água desviado”, diz Oliveira. Assim como no Rio, o gato hidráulico paulista não está restrito a áreas mais pobres. “No Réveillon passado, descobrimos uma fábrica de gelo que roubava a água, transformava-a em gelo e a vendia, lá na Praia Grande, litoral de São Paulo!”, conta Oliveira.

Durante o seminário internacio-

nal Economia Subterrânea – Causas e Conseqüências, realizado no dia 12 de março deste ano, no Rio de Janeiro, o presidente da Light, Álqueres, apresentou a história de duas cidades e trouxe números incríveis que revelam como a informalidade detém uma fatia generosa do Produto Interno Bruto (PIB). No Rio, segundo os dados apresentados por Álqueres, na média, a cidade oculta representa 40% do PIB estadual.

Em 1981, quando Álqueres era diretor de distribuição da Light, a empresa reduziu de 12% para 8% as perdas de energia. Mas a cidade cresceu e as perdas também. Quanto mais cresce a cobertura, mais você absorve a dificuldade de controle. Quanto mais abrangente, maiores as perdas. A resposta da Light para esse problema passou a ser reconhecer a dualidade dessas realidades e aumentar de R\$ 80 milhões para R\$ 200 milhões neste ano os investimentos para coibir as perdas, através da conscientização da população. “O consumidor tem a sensação de que vale a pena transgredir, mas a verdade é que o jeitinho produz uma injustiça social muito grande”, diz Álqueres. O investimento na formação do consumidor é fundamental para reverter essa questão cultural e social. Por isso, a estratégia da Light tem sido investir em ações de educação e cidadania, segundo ele. Os pro-



Foto: Folha Imagem

No Rio, segundo os dados apresentados por Âlqueries, na média, a cidade oculta representa 40% do PIB estadual

PERDAS DE ENERGIA ELÉTRICA

O crescimento do consumo subterrâneo no Brasil



Fonte: Abradee

jetos vão desde educação financeira doméstica e eficiência energética até patrocínios de escolas de informática. “O cidadão tem de ver que essa é uma conquista social e que em vez de roubar R\$ 100 é melhor pagar R\$ 40”, diz Álqueres.

“Para nós, essa é uma questão que requer um trabalho de educação da população de que os gatos representam um prejuízo para ela, pois provocam oscilação de tensão e queimam seus aparelhos elétricos”, diz Charles Capdeville, diretor de Gestão da Receita da AES Eletropaulo. Em 2006, o Corpo de Bombeiros registrou 68 incêndios na área de atendimento da AES Eletropaulo provocados por gambiarras na rede elétrica. “Vamos de casa em casa explicando os riscos das ligações clandestinas”, diz Capdeville. Para fazer esse trabalho de doutrinação, a empresa conta com 60 pessoas da área comercial.

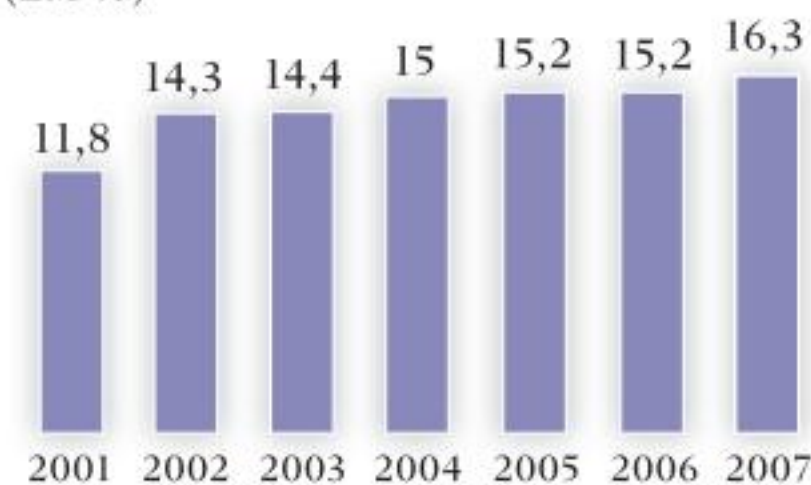
Entre 2004 e 2007, cerca de 200

mil casas tiveram suas ligações regularizadas pela Eletropaulo. Foram investidos R\$ 80 milhões em reforma e ampliação da rede elétrica e R\$ 30 milhões provenientes do Programa de Eficiência Energética, do governo federal, em ações específicas voltadas para os clientes, como troca de geladeiras e lâmpadas de alto consumo de energia por outras mais modernas. A empresa trocou 8 mil geladeiras desses consumidores. Com essa ação, a Eletropaulo recuperou R\$ 150 milhões em receitas até o fim de 2007.

A Sabesp, segundo Gesner Oliveira, também promove uma série de ações de conscientização e educação ambiental. “Além do desperdício de um recurso valioso, há ainda o risco para a saúde, pois muitas vezes a água clandestina passa por áreas contaminadas antes de chegar a seu destino”, explica ele. Há quatro anos a Sabesp desenvolve um programa,

ENERGIA DESPERDIÇADA

AS PERDAS COMERCIAIS DA LIGHT NOS ÚLTIMOS SETE ANOS (EM %)



Fonte: Light

que já está em fase de projeto piloto, de telemedição dos hidrômetros. Com esse sistema os técnicos recebem a distância, por computador, o consumo em tempo real. “Até 2010, mais de 50% da região que cobrimos estará com esse sistema”, diz Oliveira. Assim será possível reduzir de forma significativa as fraudes no consumo da água.

O prejuízo com as perdas de recursos como água e luz é gigantesco. No caso da energia elétrica, chega a R\$ 7,5 bilhões por ano em todo o Brasil. Só no Rio de Janeiro, o total de perdas das concessionárias de eletricidade, água e gás no Estado é de R\$ 2 bilhões por ano. Em São Paulo, a Eletropaulo deixa de faturar entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões por ano, cerca de 5% de sua receita bruta, com as ligações clandestinas. A empresa estima que existam 280 mil ligações clandestinas, ou gatos, dentro de sua área de atendimento. No ano passado, a perda comercial da companhia, por conta desses desvios, chegou a 5% da energia distribuída. Essas perdas vêm caindo desde 2004, quando a Eletropaulo iniciou um programa de combate

Foto: Assessoria Sabesp



O “gato hidráulico” é responsável por algo entre 4% e 6% das perdas da Sabesp

aos gatos e às fraudes. Em 2005, as perdas comerciais totalizavam 6,5% da distribuição e, em 2006, recuaram para 5,5%. Localizar as ligações clandestinas, segundo a empresa, é bem mais fácil do que pegar os fraudadores que alteram o registro de consumo ou desviam, por um cabo paralelo, parte da energia recebida para que ela não seja registrada.

As ligações clandestinas são visíveis a olho nu, a Eletropaulo consegue mapeá-las, e há quatro anos a companhia desenvolve um programa de regularização. Depois que a ligação é regularizada, o consumidor recebe a conta de luz, calculada pela Tarifa Social Baixa Renda, que é 35% mais barata que a tarifa normal, para as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, do governo federal, ou em caráter provisório, através de formulário de autodeclaração de renda, disponível na empresa. Mas, como as favelas se multiplicam, principalmente nas grandes cidades, o trabalho de combate aos gatos não tem fim.

A previsão da Eletropaulo para este ano é regularizar cerca de 70 mil ligações. Já as fraudes são consideradas roubo e caso de polícia, segundo Capdeville. Elas representam a maior fatia das perdas comerciais e não merecem complacência. Nos últimos quatro anos, a Eletropaulo autuou 160 mil fraudadores, uma média de 40 mil autuações por ano.

Apesar da tolerância com que a sociedade formal ainda vê os gatos elétricos e hidráulicos, essa é uma questão ética que precisa ser combatida. As ligações clandestinas revelam uma cidade oculta que está fraudando não apenas a conta de luz, mas minando os alicerces da cidade formal.

**Colaboraram Andrea Assef, Mara Luquet e Sandra Balbi*

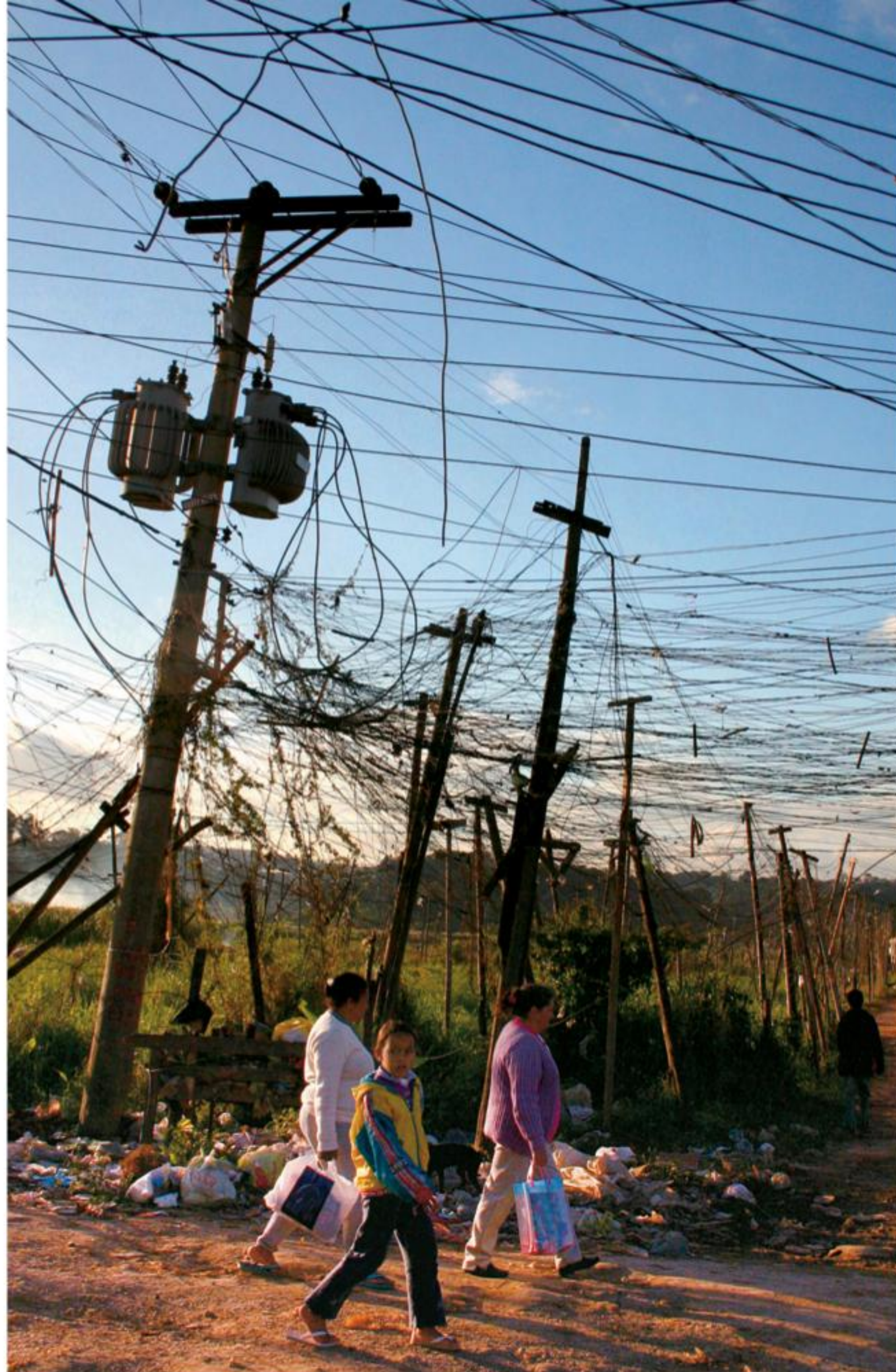
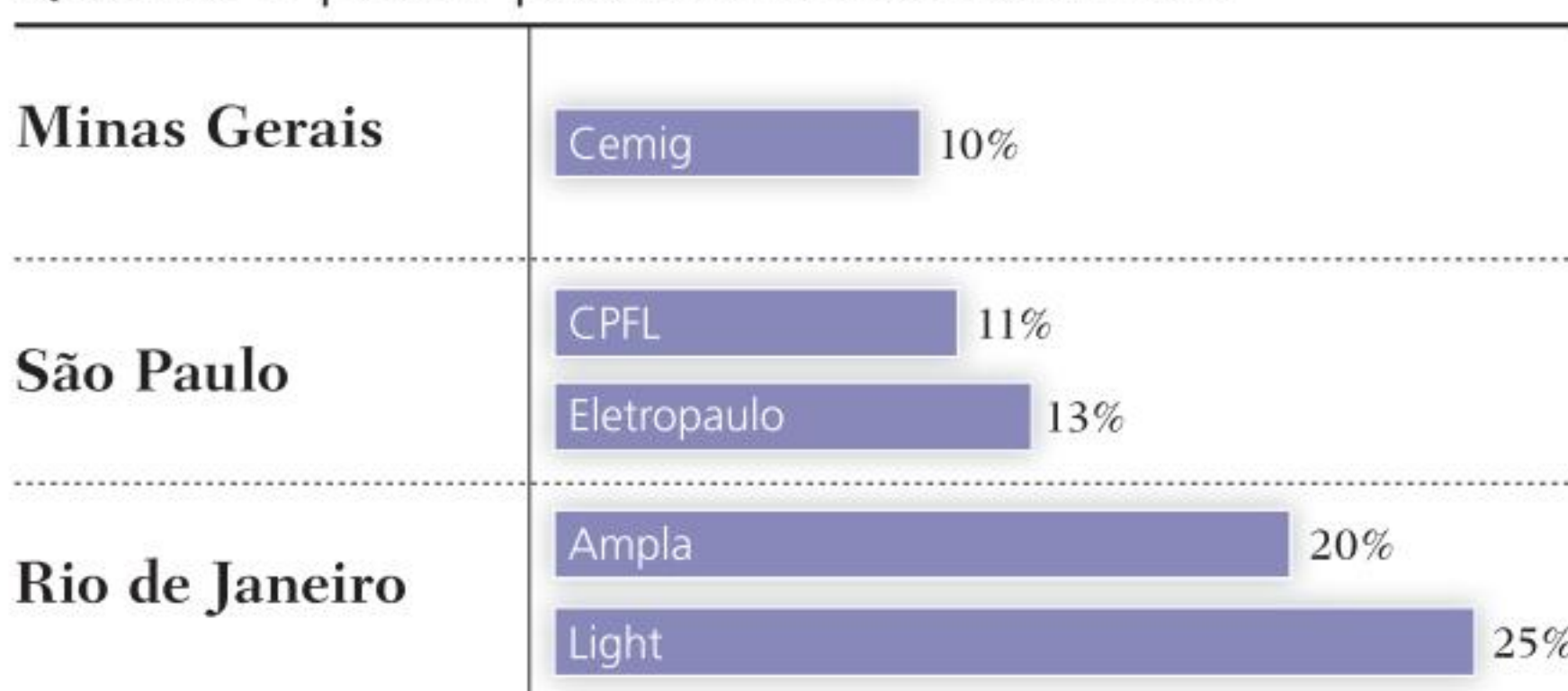


Foto: Assessoria Eletropaulo

Em 2007, a perda comercial da Eletropaulo por conta dos desvios de luz chegou a 5%

IMPACTO NA ARRECADAÇÃO

Quanto o poder público receberia a mais



Fonte: Light

Nota fiscal eletrônica, um caminho sem volta

Seminário sobre NF-e confirma que adoção do mecanismo virtual
melhora o ambiente de negócios, combate a sonegação e veio para ficar





Newton Oller de Mello,
do CAT-Sefaz-SP:
"A NF-e é uma grande
ferramenta de combate
à sonegação"

Montoro, Cardoso e Eudaldo: elogios
à parceria público-privada e incentivo
à etapa de massificação da NF-e



Fotos: Arq. ETCO

Imagine uma quantidade de papel capaz de cobrir 26 mil campos de futebol ou atingir a altura de 40 montes Everest. Esse volume corresponde a 3,6 bilhões de notas fiscais armazenadas hoje só no Estado de São Paulo e que devem ficar à disposição do fisco por cinco anos. Em média, esse trabalho hercúleo de armazenagem de papel chega a representar 5% no faturamento de uma empresa no país. Para uma parcela cada vez mais significativa das companhias brasileiras, isso já é – ou será, em breve – coisa do passado. A implantação da nota fiscal eletrônica (NF-e), um documento oficial, com validade jurídica, que registra a movimentação de mercadorias e a prestação de serviços de forma virtual, é uma realidade que veio para ficar e um importante aliado na luta por um bom ambiente de negócios no Brasil.

O Seminário Interno sobre Nota Fiscal Eletrônica, organizado pelo ETCO, que ocorreu em 14 de fevereiro deste ano no hotel Caesar Park, em São Paulo, reuniu as principais autoridades no assunto e empresas dos mais variados setores, além de algumas que já aderiram à nova era digital na emissão de notas fiscais. Na abertura do evento, o presidente executivo do ETCO, professor André Montoro, elogiou a atuação de Eudaldo Jesus, coordenador do Encat (Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais), e de Paulo Ricardo de Souza Cardoso, secretário adjunto da Secretaria da Receita Federal. "Vocês comandaram uma bem-sucedida parceria público-privada com efetiva colaboração do fisco federal, dos fiscos estaduais e das empresas", afirmou o professor André Montoro. Segundo ele, as empresas e o fisco terão de se adaptar ao novo mundo que se abre e que favorece a transparência.

De acordo com Eudaldo Jesus, que coordenou o projeto da NF-e desde seu início, em 2005, o maior desafio foi chegar a um consenso entre os fiscos estaduais e a Secretaria da Receita Federal do Brasil. "Mas obtivemos sucesso e todos os Estados são signatários da NF-e. Ago-



Fotos: Arq. ETCO

Setor de combustíveis:
sonegação em 2007
bateu R\$ 2,6 bilhões

ra, estamos na fase da massificação da nota fiscal eletrônica, mas a idéia é que isso ocorra de forma gradual”, explica Eudaldo. Até o final de março deste ano, mais de 5 milhões de NF-e já tinham sido emitidas, no valor de R\$ 39,5 bilhões. Entre as vantagens da NF-e estão o aumento da transparência fiscal, a redução do custo com aquisição de formulário, guarda e resgate de notas fiscais e o fortalecimento do cruzamento de informações entre os fiscos estaduais e a Secretaria da Receita Federal. “A NF-e foi feita para todos que querem acabar com a injustiça fiscal”, afirmou Eudaldo.

O projeto da NF-e não tem risco para o contribuinte. Quem garante é Paulo Ricardo de Souza Cardoso, secretário adjunto da Secretaria da Receita Federal. Segundo ele, é mais fácil ocorrer um erro no preenchimento do formulário de papel do que no eletrônico. Cardoso é um entusiasta do projeto da NF-e porque já viu esse filme, ou melhor, um filme bem parecido. “Tive a felicidade de acompanhar a digitalização da declaração do Imposto de Renda de pessoa física e jurídica.

Na época tínhamos um modelo arcaico e hoje existe um sistema digital moderno e usado pela maioria dos contribuintes”, afirma. Segundo Cardoso, a NF-e irá pelo mesmo caminho. Ele reiterou a importância da parceria público-privada sem nenhuma conotação político-partidária, o que permitiu a construção de um projeto sólido.

Desde o dia 1º de abril, os contribuintes fabricantes, distribuidores ou atacadistas de cigarros, produtores, formuladores, distribuidores e importadores de combustíveis líquidos e transportadores e revendedores retalhistas passaram a emitir NF-e em todas as suas operações de forma obrigatória. Segundo Álvaro Bahia, coordenador técnico do projeto Nota Fiscal Eletrônica,

**“Eu chamo
de projeto
ganha-ganha,
só perde quem
é sonegador”**

Newton Oller de Mello

em 1º de setembro será a vez dos setores fabricantes de automóveis, caminhonetes, utilitários, caminhões, ônibus e motocicletas; fabricantes de cimentos; fabricantes, distribuidores e comerciantes atacadistas de medicamentos; frigoríficos; fabricantes de bebidas alcoólicas; de refrigerantes; fornecedores de energia elétrica; fabricantes de aço e de ferro-gusa.



Setor de cigarros
colhe benefícios com
a NF-e: racionalização
dos processos e custos
e maior integração
entre os fiscos estaduais

Na opinião de Newton Oller de Mello, diretor adjunto do CAT-Sefaz-SP, a NF-e é uma grande ferramenta de combate à sonegação. “E o ETCO participou intensamente desde o início do lançamento do projeto”, afirmou ele. Até fevereiro, no Estado de São Paulo, que iniciou a implantação da NF-e em 2006, já existiam 63 contribuintes emissores voluntários e mais de 1,6 milhão de notas autorizadas. Desde 1º de abril, mais 850 estabelecimentos passaram a emitir nota eletrônica. “Eu chamo de projeto ganha-ganha, pois gera aumento de arrecadação sem aumento de carga tributária; só quem perde é sonegador”, afirmou Mello.

Patricia Blanco, diretora executiva do ETCO, ressaltou a presença ao evento de um grande número de empresas associadas ao ETCO que estão auxiliando a Receita Federal na massificação da NF-e. O projeto-piloto reuniu 19 companhias e entre elas está, por exemplo, a Aché Laboratórios Farmacêuticos. De acordo com Marcos Eduardo Camata, da área de tributos da Aché, a NF-e foi implementada a

partir de janeiro de 2007. Entre as vantagens, ele citou a indicação de transparência nas operações fiscais e a redução de custos operacionais. “Além da contribuição no processo de combate à sonegação e à concorrência desleal”, disse.

Segundo Jesus Meijomil, gerente de tributos indiretos da Souza Cruz, empresa associada ao ETCO, que iniciou a implantação em setembro de 2007, a empresa emitiu 610 mil notas fiscais eletrônicas até o fim de fevereiro de 2008. A partir de 14 de março, 100% das operações passaram a ser feitas via NF-e. Entre os benefícios, ele aponta a racionalização dos processos e custos e a maior integração entre os fiscos estaduais. Sob o

aspecto concorrencial, o Sindicom, que reúne empresas de combustível responsáveis pela distribuição de mais de 75% do consumo nacional, espera que a NF-e traga maior eficácia ao controle fiscal, com a inibição de fraudes e da sonegação. A entidade estima que em 2007 a sonegação de tributos no setor tenha sido de R\$ 2,6 bilhões. ★

**“A NF-e foi feita
para todos
que querem
acabar com a
injustiça fiscal”**

Eudaldo Jesus

Rastreamento eletrônico da rota dos remédios

A Anvisa aponta critérios para implantar sistema que permita acompanhar a circulação dos medicamentos desde a fábrica até o consumidor final para combater a informalidade no setor



Pesquisa revela que 23% dos impostos no setor são sonegados

Foto: Divulgação

Há dois anos o ETCO vem trabalhando na busca de um sistema eletrônico de rastreamento e autenticidade capaz de monitorar toda a cadeia de medicamentos da indústria aos distribuidores até a ponta do varejo. O objetivo do Instituto, que reúne cerca de 63% da indústria farmacêutica, é encontrar um sistema de fácil aplicação e a custos acessíveis que garanta a segurança necessária a todos os elos da cadeia de medicamentos, especialmente ao consumidor. O rastreamento permitirá coibir a falsificação dos produtos, que traz grandes riscos à saúde pública, o roubo de cargas e a evasão fiscal. Pesquisa da consultoria McKinsey revela que 23% dos impostos devidos no setor são sonegados. Essa prática resulta em uma concorrência desleal entre as empresas. Um passo importante para a criação desse sistema foi dado no início de março com a publicação da Consulta Pública nº 8 pela Anvisa, que apresenta os requisitos mínimos para a definição dos mecanismos de rastreabilidade e autenticidade de medicamentos. Os critérios adotados pela agência reguladora coincidem com o que vem sendo defendido pelo ETCO. “O objetivo da consulta é que as empresas do setor digam qual é o melhor mecanismo para a autenticidade e a rastreabilidade”, afirmou o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, em entrevista à revista ETCO. “Dissemos o que queremos implantar, as empresas vão dizer como”, acrescentou. Segundo ele, todos os agentes do setor – da indústria ao varejo – devem encaminhar suas sugestões à Anvisa no prazo de 60 dias, a contar de 4 de março, data da publicação da consulta. O ETCO, tendo ouvido várias empresas de tecnologia, concluiu que existem opções seguras e de custo acessível para a implementação de um sistema de identificação e rastreamento de medicamentos.

A idéia da agência reguladora é que cada caixa de medicamento, dentro de cada lote produzido, tenha um

identificador único que permita saber a que lote pertence e para quem foi vendido, por meio de consulta a um banco de dados eletrônico, em que ficará registrada toda a movimentação do produto desde sua saída da fábrica. Esse sistema dará infinitas possibilidades de controle, inclusive o da venda de medicamentos que exigem receitas médicas. Segundo Mello, o banco de dados deverá fornecer as informações necessárias para a Anvisa, mas poderá ser hospedado em uma empresa produtora ou no Serpro. “Isso ainda não está definido, vamos conversar com todo mundo de forma transparente, inclusive com o Ministério da Fazenda, pois acreditamos que seja possível reduzir a evasão fiscal com o sistema”, diz Mello. Após a consulta pública, a Anvisa fará uma audiência pública para discutir a implementação do sistema com os fabricantes do setor, o Idec, o Procon e a Fazenda.

O gerenciamento do banco de dados do sistema é crucial para as indústrias. Nele serão depositadas informações estratégicas, como o mapeamento da rede de distribuição e o volume fornecido a cada distribuidor pelo fabricante. A confidencialidade é fundamental para preservar informações que são propriedade de cada indústria. “A Anvisa tem clara a necessidade do sigilo, isso não é problema. O que buscamos é uma tecnologia de custo acessível, que permita rastrear os produtos para combater a falsificação e o roubo de cargas sem expor informações estratégicas do setor”, diz Mello. “O banco de dados deve ser acessível às autoridades, e esse acesso deve ser controlado por meio de uma senha.”

Não é de hoje que as autoridades procuram mecanismos para coibir práticas ilegais no setor. Em 1998, o Congresso Nacional chegou a classificar como crime

hediondo contra a saúde pública a falsificação de remédios e matérias-primas farmacêuticas, lembra o professor André Montoro, presidente do ETCO. Naquele mesmo ano, o Ministério da Saúde passou a exigir a inclusão de um código de barras para a identificação dos produtos, a raspadinha, um símbolo impresso em que consta a logomarca do fabricante. Segundo Mello, após essas medidas, diminuiu a falsificação. “Esses dois mecanismos só permitem identificar a falsificação, não dão rastreabilidade aos produtos, o que combateria o roubo de cargas e a evasão fiscal”, pondera ele.

No mundo, cresce a preocupação com a rastreabilidade dos medicamentos. Nos EUA, a questão vem sendo discutida entre os governos dos Estados, empresas e grupos técnicos, e em 2004 o governo da Califórnia publicou uma lei na tentativa de evitar que falsificações de medicamentos entrassem na cadeia de abastecimento formal. A premissa básica é a mesma que se discute no Brasil: a codificação das embalagens de remédios, o que permitiria o rastreamento. A tecnologia em discussão, baseada em um chip, é diferente do que se pensa em fazer no Brasil, por conta dos altos custos. Mesmo para os americanos tal tecnologia ficaria muito cara.

Na Comunidade Européia, a European Federation of Pharmaceutical Industry (EFPIA) já tem um grupo de grandes empresas trabalhando na implementação de uma codificação padronizada. O conceito em discussão é semelhante ao que vem sendo trabalhado no Brasil pelo ETCO e pela Anvisa. Na América Latina, a questão do rastreamento de remédios está em discussão em vários países. O Brasil é o único país onde se busca uma solução de âmbito nacional e a discussão está mais avançada, mobilizando indústrias e autoridades do setor. ★

CONVERGÊNCIA

Requisitos mínimos da Anvisa (e do ETCO) para a criação de um sistema de rastreamento de medicamentos

Baixo custo de implementação	Capacidade de identificação imediata da autenticidade do produto	Baixa possibilidade de fraude
Capacidade de reposição dos equipamentos	Disponibilidade de acesso à informação para rastrear um produto	Presença de múltiplas informações nas embalagens dos medicamentos (número do lote, data de fabricação etc.)
Capacidade de fornecimento nacional e internacional da solução		Criação de um identificador único de medicamento (IUM)

Mais uma barreira contra a sonegação fiscal

O principal posto de controle fiscal do Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Presidente Dutra, foi reformado com o apoio do ETCO e já está em plena atividade

Resultado da parceria entre o setor público e o privado, estão em operação desde dezembro do ano passado as novas instalações da principal barreira fiscal do Estado do Rio de Janeiro, o Posto de Controle Interestadual de Nhangapi, localizado no quilômetro 324 da Rodovia Presidente Dutra, em Itatiaia. O investimento de R\$ 6 milhões na revitalização do posto foi feito com recursos doados pela Câmara de Cerveja e Refrigerante do ETCO, por meio de um compromisso firmado entre a Secretaria de Fazenda do Estado e o instituto.

O setor é um dos mais afetado pela sonegação fiscal. Em média, 30% do preço da cerveja é composto de impostos diretos que incidem sobre a produção e sobre a comercialização, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja (Sindicerv). No caso dos refrigerantes, a carga tributária atingiu 35,2% (dados de 2006), segundo estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para a Associação Brasileira da Indústria de Refrigerantes (Abir). A elevada tributação acaba estimulando práticas ilegais e, desde 2005, o setor vem implementando a instalação de medidores de vazão nas fábricas para reduzir as oportunidades de evasão fiscal.

Há dois anos, o Estado do Rio de Janeiro perdia cerca de R\$ 200 milhões anuais com sonegação de ICMS, que incide sobre as mercadorias que transitam no eixo Rio – São Paulo, devido a falhas na fiscalização ao longo da Rodovia Presidente Dutra. O Posto de Nhangapi funcionava em situação precária e, segundo levantamento do Ministério Público do Rio na época, a fiscalização só era feita no sentido São Paulo – Rio. Assim, caminhões que saíam de Minas Gerais, por exemplo, com destino a São Paulo e que passavam pelo Rio podiam descarregar suas mercadorias no Estado sem recolher ICMS, de acordo com o MP.

A expectativa da Fazenda é que a reforma de Nhangapi torne mais eficiente a fiscalização, reforçando a arrecadação estadual, já que pelo posto passa cerca de





Foto: Arq.ETCO

1,2 milhão de caminhões anualmente. No ano passado, mesmo funcionando precariamente, o trabalho de fiscalização no local resultou em uma arrecadação de ICMS superior a R\$ 46 milhões, relativos a autos de infração, imposto com retenção no destino ou que deveria ter sido pago na origem. “As novas instalações da principal barreira do Estado fazem parte de um conjunto de investimentos da Secretaria da Fazenda para estruturar melhor a arrecadação de ICMS no Estado”, diz o secretário de Fazenda, Joaquim Levy.

A revitalização do posto de Nhangapi incluiu a instalação de novas cabines de atendimento com cobertura para os caminhões que estejam sendo vistoriados, alojamento, prédio administrativo com dois pavimentos e depósito de mercadorias. O posto está instalado em uma área de 32.500 metros quadrados e, além da reforma estrutural, a Secretaria da Fazenda planeja fazer a urbanização do entorno, pavimentação do pátio de caminhões, manutenção da iluminação e drenagem.

Além do posto de Nhangapi, outras quatro barreiras fiscais do Estado estão em reforma. “Segurança fiscal também é fundamental. Há um limite em até onde o governo pode levar a máquina pública na base do gatilho, de liminares na Justiça e de incentivos fiscais. Em um Estado desorganizado, o investidor vê que tudo é precário e sem transparência, e cobra milhões de reais em isenção de imposto para cada emprego gerado”, afirmou o secretário Levy em artigo publicado no fim de 2007. Ele destaca a reorganização da Receita estadual e do tribunal onde os contribuintes podem se defender dos impostos. “Passamos leis para combater a sonegação e estamos trabalhando para cobrar na Justiça o imposto devido”, diz. A Subsecretaria de Receita foi reestruturada, com a desconcentração da fiscalização em um número maior e mais focado de inspetorias especializadas, o rodízio de fiscais entre as inspetorias, a melhora das condições de trabalho nas inspetorias e o lançamento do edital do primeiro concurso para fiscais em quase duas décadas. ★



“O posto de Nhangapi faz parte dos investimentos da secretaria para estruturar melhor a arrecadação de ICMS no Estado do Rio”, diz Joaquim Levy

Patentes aceleram o desenvolvimento

Respeito à propriedade intelectual estimula o investimento estrangeiro e a inovação tecnológica em países emergentes, diz estudo da OCDE

Práticas ilegais de mercado vão do mundo do entretenimento aos setores de alta tecnologia nos países em desenvolvimento. Tais práticas atrasam o desenvolvimento, segundo um recente estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dos pesquisadores Walter Park e Douglas Lippoldt. O estudo mostra que o respeito aos direitos de propriedade intelectual estimula o investimento estrangeiro direto, a transferência de tecnologia – principalmente de bens, serviços e capital intensivos em tecnologia – para os países em desenvolvimento e a inovação tecnológica local. O trabalho, intitulado “Transferência de tecnologia e as implicações econômicas do fortalecimento dos direitos de propriedade intelectual em países em desenvolvimento”, abrange um período de 15 anos (1990-2005).

Park e Lippoldt fazem uma análise estatística da correlação entre várias medições de transferência de tecnologia e um conjunto de indicadores da força do direito de propriedade intelectual, trabalhando com dados de vários países e comparando-os aos de nações em desenvolvimento, especialmente o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). “Os estudos de caso reforçaram a tese de que o conteúdo tecnológico do investimento estrangeiro e do comércio exterior foi importante especialmente nos países BRIC. Nesses países a transferência tecnológica foi importante para o desenvolvimento de capacidades tecnológicas locais”, dizem os autores.

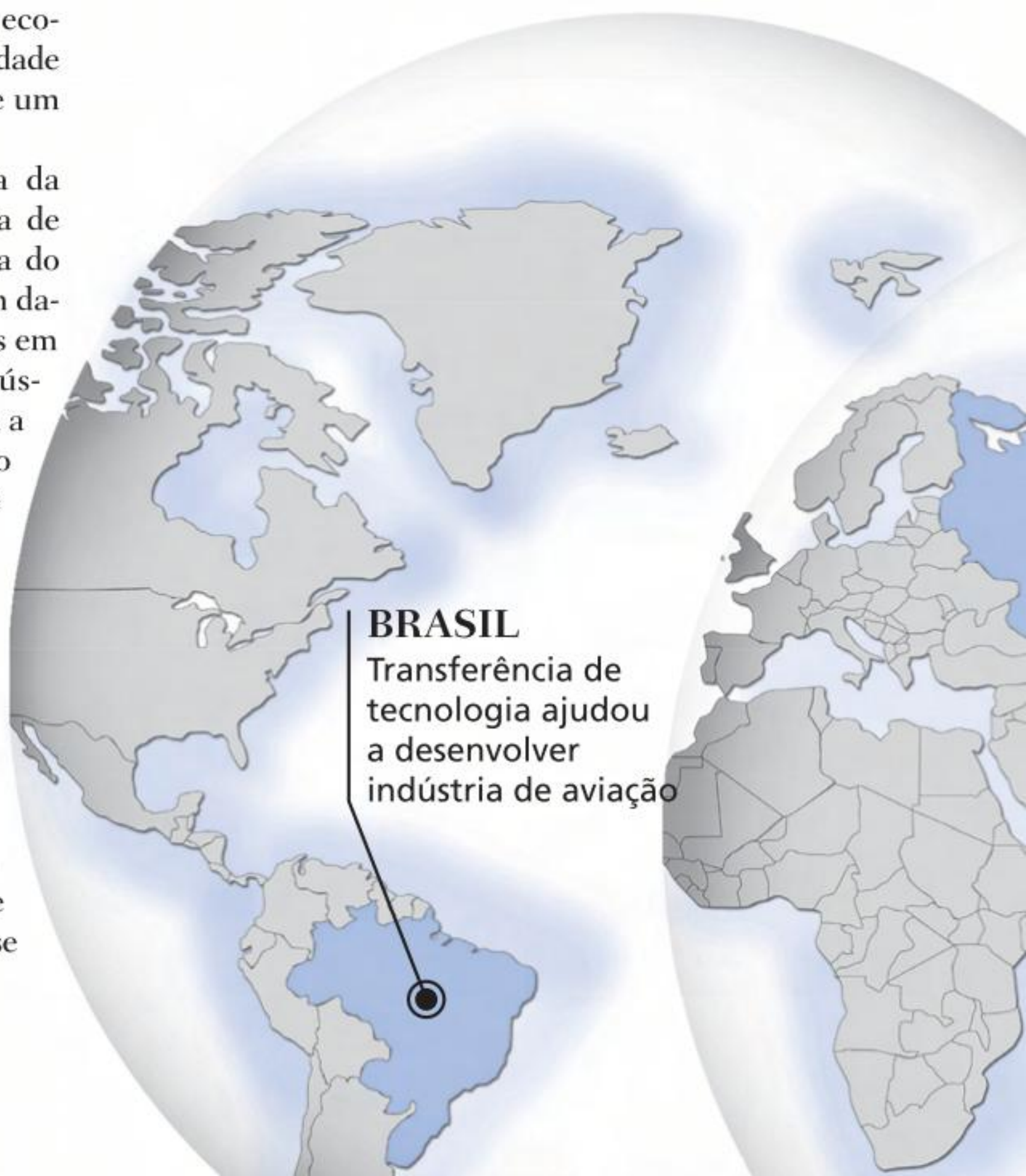
Para chegar a tais conclusões, os pesquisadores criaram um índice para medir o respeito aos direitos de propriedade intelectual. Esse indicador é calculado com base nas práticas que envolvem a adesão a tratados internacionais, a exclusão ou não-exclusão do direito à patente de determinados itens, a liberdade de patentear e se os direitos são respeitados na prática e se há licenciamento compulsório nos países.

Alguns resultados do estudo mostram que:

- 1) O indicador para direitos de patentes tende a ser correlacionado com o investimento estrangeiro direto e a importação de mercadorias e serviços. Essa correlação existe em todos os tipos de países.
- 2) Os pedidos de patentes tanto por residentes como por não-residentes nos países em desenvolvimento e

AVANÇO DO BRIC

Países ganham com patentes



o gasto com P&D (pesquisa e desenvolvimento) como porcentagem do PIB tendem a ter uma correlação com a força dos direitos de patentes.

3) A importação de mercadorias de alta tecnologia tende a ter uma correlação com os gastos em P&D do país.

Na análise de caso do BRIC, os autores buscaram ver se as reformas das leis de direitos de propriedade intelectual realizadas nesses países estimularam o comércio e o investimento direto estrangeiro e se, em caso positivo, isso causou um influxo importante de tecnologia.

O estudo de Park e Lippoldt mostrou que o indicador de direitos de patente era inferior a 1,5 para o Brasil, a China e a Índia antes de 1995. Esse nível está muito abaixo do nível médio do grupo de países em desenvolvimento e menor até que o de alguns países de baixo desenvolvimento. Em 2005, a reforma dos direitos de propriedade intelectual no BRIC levou o indicador de direitos de patente acima de 3,5. Esse índice é superior à média dos países em desenvolvimento. Na média, o índice melhorou 37,5% nos países em desenvolvimento no período 1995-2005, mas no Brasil, na China e na Índia o indicador mais do que dobrou.

No entanto, o estudo adverte que, apesar de reformas importantes na lei de propriedade intelectual e de campanhas de conscientização, o BRIC continua a ter dificuldades em pôr a lei em prática. É o que ocorre,



Fotos: Divulgação Microsoft

Os games estão entre os itens pirateados em países em desenvolvimento

principalmente, na área de copyrights (direito autoral), pirataria de filmes, livros e gravações musicais. Os índices de pirataria de software ainda são muito altos. Em 2006, na China e na Rússia, 80% dos softwares instalados eram piratas, na Índia, 72%, e no Brasil, 64% (60% em 2007), segundo estimativa da Business Software Alliance.

Entretanto, as autoridades desses países mostraram vontade de buscar políticas mais fortes de proteção à propriedade intelectual. Ao reforçar seus sistemas de proteção aos direitos intelectuais durante a última década, obtiveram crescimento nos fluxos de importação e aumento no estoque real de investimento estrangeiro direto. Houve, também, um grande crescimento de pedidos de patentes de não-residentes. Na Índia, os pedidos dobraram e, no Brasil, triplicaram, entre 1995-2005. Na China, multiplicaram-se por oito.

A maior exposição à tecnologia estrangeira através do comércio e do investimento externo direto no BRIC parece ter um papel importante no desenvolvimento de tecnologia local, segundo os autores do estudo. Eles citam uma pesquisa da consultoria Thomson que coloca a Rússia entre os países mais inventivos. Cerca de 10% das patentes russas são na área de telecomunicações, TI e eletrônica. Outra pesquisa da Thomson na China mostra que os influxos de pesquisa e de capital fizeram daquele país não só um centro de manufatura, mas um centro de P&D.

No Brasil, um dos casos mais emblemáticos é o da indústria de aviação, que mostra o papel da transferência de tecnologia estrangeira através de investimento direto e joint ventures no fomento desse setor. O Brasil é o único país em desenvolvimento que possui uma indústria de aviação civil. Além disso, é sede de um grande número de fabricantes globais de automóveis, constituindo-se no quinto maior fabricante de veículos. São exemplos de uma boa utilização do fluxo internacional de capital e tecnologia que mostram a importância do respeito à propriedade intelectual para o desenvolvimento. ★





O ETCO, para além do 5º aniversário

Se voltarmos no tempo, vamos encontrar o Instituto ETCO, há cinco anos, trazendo à luz um tema pouco discutido até então pela sociedade brasileira – a concorrência desleal. Sem que o país se desse conta, empresas informais, em número crescente, transformavam a sonegação de impostos, o contrabando e a falsificação em vantajosos diferenciais competitivos. Existiam então dois estados: o formal e um estado paralelo atuando à margem da lei. Hoje, decorridos cinco anos, esse cenário começou a mudar.

Olha-se em volta e se constata, com facilidade, os muitos avanços. Parcerias com as autoridades fiscalizadoras permitiram a concepção e implementação nas empresas de medidores conectados à Receita Federal e às Secretarias de Fazenda Estaduais para monitorar, por exemplo, a produção de cigarros, refrigerantes e cervejas, inibindo as possibilidades de burla das responsabilidades fiscais. Operações da Polícia Federal sucedem-se com frequência para coibir a adulteração de combustíveis, o contrabando e, também, a sonegação fiscal. Falsificadores, sonegadores e contrabandistas são punidos. Há consciência de que sonegar, falsificar produtos e contrabandear é crime.

Quando o ETCO nasceu, a possibilidade de enfrentamento da informalidade era quase uma ficção.

A idéia dominante era de que a informalidade não passava de um mal necessário, um colchão protetor contra as desigualdades sociais. Tais mitos logo ruiam. O Instituto começou a atuar com energia num ambiente cercado de ceticismo.

Seu trunfo foi a racionalidade e o diálogo. Estudos e pareceres de renomados juristas, tributaristas e consultorias foram contratados, procurando dar maior embasamento às propostas apresentadas. À época, os números da economia paralela eram desafiadores.

O setor de combustível era um campo fértil para a concorrência desleal, com o faturamento das empresas informais, se é que podemos chamá-las de empresas, contado em bilhões de reais. Igualmente, acontecia nas áreas de cervejas, refrigerantes, cigarros e, como

desdobramento, por toda a economia. A resposta do ETCO foi munir o Poder Judiciário de informações, aproximar-se do Governo Federal e dos governos estaduais. Montou forças-tarefas, levou o tema para o ambiente do poder público, congregou aliados nos múltiplos setores da economia. Hoje o ETCO conta também com a atuante participação dos setores de medicamentos e de tecnologia. Para os fármacos foi introduzido o regime de substituição tributária, visando a redução da sonegação em toda cadeia, e a implementação do sistema de rastreamento que dará maior segurança e controle ao setor está em andamento.

Realizamos pesquisas pioneiras mostrando os números da economia informal e seus impactos negativos na economia como um todo e, em especial na geração de emprego formal e renda, além dos prejuízos para a competitividade brasileira.

A mídia acompanhou o ETCO de perto, reverberou suas iniciativas, contribuiu para que o tema da ética na concorrência passasse de uma posição secundária para uma posição pró-ativa no cenário nacional.

O ETCO tornou-se uma referência no Brasil e na América Latina. Por essas razões, o 5º aniversário do ETCO se projeta para além de um marco cronológico. De um lado, o Instituto resgatou uma história que se adensa desde o século XVII, ainda nos tempos coloniais e que se prolongou pela República como se fosse invisível, sem que ninguém a notasse. De outro, rompeu com a inércia, com o conformismo, mostrando que se há seriedade, determinação e visão estratégica as coisas podem mudar, e mudar para melhor.

É assim que o trabalho e os frutos colhidos nesses escassos cinco anos se projetam como exemplo para o futuro. Há muito por fazer, mas o caminho percorrido demonstra que o esforço tem sido compensador e mais ainda – testemunha que os horizontes de novas conquistas se ampliam a cada posição conquistada. ★

* Victório De Marchi é co-presidente da Ambev e presidente do Conselho de Administração do ETCO



Fundado em 2003, o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial é uma organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP – que congrega empresas e entidades empresariais não-governamentais, com o objetivo de promover a melhoria no ambiente de negócios e estimular ações que evitem desequilíbrios concorrenciais causados por evasão fiscal, informalidade, falsificação e outros desvios de conduta. Numa visão mais ampla, conscientizar a sociedade sobre os malefícios sociais de práticas não éticas e seus reflexos negativos para o crescimento do país.

Inicialmente, integraram o Instituto os setores de cerveja, refrigerantes, fumo e combustíveis. Dois anos depois, o setor de medicamentos se juntava ao ETCO e, em 2007, mais uma câmara foi criada: a de tecnologia.